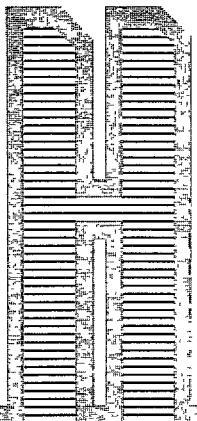




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 098

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 230^a SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE AGOSTO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Dia do Banco. Necessidade da inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de projetos de lei referentes ao Juizado de Pequenas Causas e o Estatuto da Microempresa.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — VI Encontro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, realizado recentemente no Rio de Janeiro.

DEPUTADO JORGE CARONE — Apelo em favor de maior assiduidade dos Srs. Parlamentares às sessões plenárias.

DEPUTADO NELSON WEDEKIN — Considerações sobre a crise nas universidades federais autárquicas, a propósito de requerimento que encaminha à Mesa, propondo a criação de uma CPI para estudo daquela situação.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição do último dia 23, intitulado “Búzios malufistas”. Impopularidade dos Governadores Tancredo Neves e Franco Montoro, apontada em pesquisa de opinião pública do Instituto Gallup.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — Reportagem publicada no *Jornal*, de Sergipe, sob o título “Os desafios sociais de uma região sergipana”, em que o Bispo de Propriá, D. José Brandão de Castro, defende a mudança das estruturas agrárias, econômi-

cas, sociais e até políticas da região da Diocese de Propriá.

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Posicionamento de S. Ex^a contrário à aprovação do Decreto-lei nº 2.100, por entendê-lo recessivo e prejudicial aos trabalhadores.

DEPUTADO JORGE VIANNA, como Líder do PMDB — Reparos a colocações contidas no pronunciamento do Sr. Adail Vettorazzo, na presente sessão

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder do PDT — Transcurso do aniversário da Lei da Anistia. Novo aumento dos derivados de petróleo decretado ontem pelo Governo. Ação do Governador Leonel Brizola no combate à criminalidade no Rio de Janeiro.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder do PT — Gravidade da situação educacional de São Paulo por falta de verbas para a construção de novas escolas, tendo em vista a indefinição do MEC na aplicação da Emenda João Calmon.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Aprovação, por decurso de prazo, dos Decretos-leis nºs 2.099, 2.109 e 2.098 e prejudicialidade dos Decretos Legislativos nºs 29 e 30, de 1984-CN, a eles referentes.

— Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matéria que específica.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Jacques D'Ornellas e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 231^a SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE AGOSTO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Requerimento

— Nº 15/84-CN, de Presidente de Comissão Mista solicitando prorrogação de prazo para emissão de parecer sobre matéria que especifica. **Aprovado**.

2.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO HORÁCIO ORTIZ — Aumento do preço dos combustíveis. Sugestão para utilização do gás natural no sistema de transportes coletivos de São Paulo.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Apelo aos Srs. Parlamentares no sentido de complementarem a lista de assinatura da chamada “emenda Theodoro Mendes”, com vistas a obter a maioria absoluta de assinaturas.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Déficit do transporte ferroviário mundial.

DEPUTADO HÉLIO MANHÃES — Denúncia de violência policial praticada contra o jornalista Luiz Aparecido, na cidade de Vitória—ES.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Seminário realizado no mês de maio próximo passado pela Administração Regional do Butatã-SP.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00
 Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Ofício enviado ao Presidente do Tribunal de contas da União pelo Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, com sugestões atinentes ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

DEPUTADO HERMES ZANETI — Reunião que será realizada amanhã, entre as lideranças dos partidos de Oposição com o Presidente do Congresso Nacional, visando a inclusão em Ordem do Dia da chamada "emenda Theodoro Mendes".

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Aumento dos preços dos combustíveis.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Entrevista do Deputado Ricardo Ribeiro, Presidente do PTB, sobre o posicionamento do Partido em relação ao Colégio Eleitoral.

DEPUTADO IBSEN PINHEIRO — 2º aniversário de circulação da revista Ciência Hoje, editada

pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciéncia-SBPC.

DEPUTADO DARCY PASSOS — Inclusão em Ordem do Dia da chamada "emenda Theodoro Mendes".

DEPUTADO JORGE VIANNA, como Líder — Apelo ao Presidente do Congresso Nacional no sentido da inclusão em Ordem do Dia de propostas de emendas à Constituição que específica.

2.2.3 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Deputado Hermes Zaneti e acolhida pela Presidência atinente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 20 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 232ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE AGOSTO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Hermes Zaneti e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

3.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 230ª Sessão Conjunta, em 28 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloisio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Aciababa — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DÉPUTADOS:

res — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pi-

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curitió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Antônio Morais — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marçilio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Fernando Gomes — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgílásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Darcílio Ayres — PDS; Doso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Osmar

Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sérgio Loma — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Haddad — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Nilton Veloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Márcio Santilli — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; Norton Macedo — PDS; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salomão — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ar-

denghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 46 Srs. Senadores e 163 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Trago, hoje, a esta tribuna, dois assuntos que considero da maior relevância: o primeiro deles diz respeito à transcorrência, nesta data, do Dia do Bancário, e faço as minhas homenagens à classe, como bancário, praticamente nascido dentro de uma instituição bancária, do Banco do Nordeste, onde abri todos os caminhos para a minha vida profissional.

Nesta oportunidade em que homenageio a minha classe, gostaria de chamar atenção, mais uma vez, para os problemas terríveis que vivem os assalariados do País, como um todo e, neste particular, os bancários, diante de uma política salarial que corroeu os seus orçamentos familiares, limitou as suas perspectivas de acesso aos bens mínimos necessários a uma vida condigna, e criou uma profunda síndrome de desespero dentro dessa categoria, diante do fato que os bancários ganham salários extremamente baixos, miseráveis, e manipulam somas vultosas, criando conflitos psicológicos, dramáticos, diante de sua miséria e de suas profundas carências e necessidades, além da manipulação de somas voltosas que não lhes pertencem. De um modo geral, muitos deles ou enlouquecem, face a esse conflito, ou muitos deles às vezes es-corregem nas tentações, diante da dramaticidade das suas vidas ou muitos deles vivem uma vida extremamente difícil, frustrada, cheia de problemas e de inquietações.

Eu gostaria de aqui insistir mais uma vez: se o Governo que ai está se esqueceu totalmente dos trabalhadores e assalariados, ainda haveria um tempo, antes do final do mandato, para que pelo menos o 2065 fosse abolido de fato e de direito, e que se estabelecesse o critério de recompor os salários, pelo menos ao nível do INPC, reduzindo a perda continuada do poder de compra dos salários dos bancários.

Adicionalmente, Sr. Presidente, eu gostaria de voltar a um assunto que já foi objeto de um projeto meu, da concessão da aposentadoria dos bancários aos 25 anos. Alguém colocaria logo a questão de que seria uma proposição demográfica, objetivando apenas tornar-se mais simpático à minha categoria. Na verdade, o julgamento não é justo, porquanto os bancários, segundo a legislação vigente, são obrigados a trabalhar 6 horas diárias e estão sujeitos à aposentadoria aos 30 anos, por 6 horas diárias de trabalho. Ora, a proposição que nós fazemos é que eles venham a ter o direito da aposentadoria aos 25 anos desde que comprovem que tiveram durante a sua vida a prorrogação do expediente, que normalmente é feito aos bancários, alterando de 6 para 8 horas o seu trabalho. Na verdade, nós calculamos que durante esse período de 25 anos, com 2 horas adicionais, chegamos à

conclusão que essas 2 horas adicionais extrapolariam mais do que os 5 anos para se atingir a aposentadoria aos 30 anos.

Em homenagem à minha classe, faria esse apelo e um terceiro, relacionado ao Banco do Nordeste do Brasil, instituição exemplar que criou toda uma ideologia de nordestinidade da minha área, que fundamentou todo um tipo de comportamento, de atitude frente à problemática nordestina, e que hoje tem o temor de ver a sua participação na sua Diretoria exclusivamente por indicações destinadas, às vezes, às composições políticas como ora está ocorrendo no País.

Então, faríamos o apelo, e vamos entrar com um projeto de lei, para que a metade da Diretoria seja ocupada pelos próprios funcionários, para resguardar a identidade daquela instituição que não pode estar sujeita apenas às negociações e interesses políticos menores.

Terminaria, Sr. Presidente, fazendo duas observações finais relacionadas a dois fatos: ontem, denunciamos as Lideranças de todos os Partidos, porque conseguimos a urgência para o Juizado de Pequenas Causas e até agora ninguém sabe por onde anda esse projeto. O projeto não veio para a pauta das discussões nesta Casa, um projeto dramaticíssimo em termos da defesa do consumidor que até agora não chegou aqui, não sei por que razão. Eu imputo essa responsabilidade às Lideranças dos vários Partidos. Outro que também imputo a responsabilidade, o desinteresse e o descaso com o País, como um todo, aos vários partidos e todas lideranças: é o Estatuto da Microempresa que, até agora, não garantiu o regime de urgência para ser discutido. É um assunto louvado na retórica menor e carreirista de muita gente aqui dentro, mas até agora as Lideranças não tomaram nenhuma atitude no sentido de trazê-lo à discussão nesta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero dar ciência ao Congresso Nacional da realização, no Rio de Janeiro, sobre o patrocínio da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos, secção regional daquela Capital, o VI Encontro de Ciência e Tecnologia de Alimentos realizado sobre o tema — "O carente, os programas institucionais de suplementação alimentar e a tecnologia de alimentos".

Esse Encontro realizou-se nos dias 26 e 27 últimos, no Hotel Glória e teve o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, financiadora de estudos e projetos, e do Conselho Federal de Química.

Sr. Presidente, assisti a parte final desse Encontro e lá encontrei mais de mil pessoas na assistência, na sua maioria, universitários, mas também professores, cientistas da nutrição, nutricionistas e pesquisadores; uma reunião que considero de alta relevância para o País, sobretudo, nesta hora de crise e recessão.

Os temas ali abordados foram sobre carentes e subnutridos, sendo a conferência inicial, proferida pelo Senador Lourival Baptista, do Estado de Sergipe, e ainda uma outra conferência sobre "O Problema Alimentar Brasileiro: Soluções Convencionais ou não Convencionais" do Professor Aloisio José Antunes, da UNICAMP. Houve uma mesa redonda sobre avanços tecnológicos e uma outra conferência sobre "Tecnologia de Alimentos para Programas Institucionais", do Professor Otilio Guernelli da UNICAMP.

Abordou-se também: "Produtos de Soja nos Programas Institucionais e Suplementação Alimentar", essa matéria esteve a cargo do Professor Jaime de Freitas da UFRJ; uma conferência do Professor Salomão Schwarzman da LIOTÉCNICA, sobre "O Potencial dos Desidratados e Liofilizados do Mercado Institucional"; outra sobre: "Valor Biológico dos Alimentos do Mercado Institucional", da Professora Rebeca de Angelis, da USP, tendo como moderador o Professor Miguel Martins Chaves da FINEP e ainda a conferência sobre "A Criança Carente, a Educação Física Obrigatória e a Suplementação Alimentar", do Professor Sérgio Zucas da USP; "A Fundação de Assistência ao Escolar (FAE) e o Programa da Merenda" do Professor João Felício Scardua, Presidente da FAE; "O Programa de Complementação Alimentar da LBA", do Professor José Carlos Gomes, da UFV; "O Nordeste no Contexto Brasileiro: Seus Problemas Nutricionais, Seus Programas Alimentares e Perspectivas", do Professor Malaquias Batista Filho, da UFPE, tendo como moderador: Geraldo Arraes Maia, e ainda Mesa-redonda sobre "Programas de Instituições", e outros trabalhos que darei para a Taquigrafia.

Sr. Presidente, quero inserir nos Anais a conferência pronunciada pelo Professor Antônio de A. Figueiredo, sobre "Política de Alimentação Institucional e Qualidade dos Alimentos". Trata-se de um Professor de alto gabarito, Dr. em Ciência de Alimentos, pela Julius Maximilians Universität da Bavária, Alemanha Ocidental e Professor do Curso de Pós-graduação em Ciência e Tec-

nologia de Alimentos da UFRJ; e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CELSO PEÇANHA EM SEU DISCURSO:

**"POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO INSTITUCIONAL
E QUALIDADE DOS ALIMENTOS"**

Antônio de A. Figueiredo(*)

Muito mais que um direito, a alimentação adequada de cada ser humano é uma necessidade fundamental. Deve resultar todas as atividades físicas e intelectuais do indivíduo.

Mas, afinal, que é uma alimentação adequada? Talvez possa ser definida como sendo a disponibilidade qualitativa e quantitativa de comida nutritiva sadi e, se possível, saborosa.

Se por um lado é bem conhecida a interdependência de boa alimentação, saúde e desenvolvimento, por outro lado, também sabe-se que as atividades científicas e culturais decorrem das primeiras. O exemplo apresentado pelo ilustre professor André Tosello durante conferência proferida em 1977 no "I Encontro de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro" se não for conclusivo, leva-nos, pelo menos, a refletir sobre o assunto (Tabelas 1 e 2).

Sem dúvida, a fome aflige a muitos. É sabido que quase metade da população do nosso planeta alimenta-se mal, ou melhor, não tem o suficiente para comer. A disponibilidade de alimento difere drasticamente de região para região, mormente se considerado quanto à qualidade de sua proteína. Seu preço no mercado internacional vem alcançando cifras cada vez maiores sendo estas, em última análise, função da sua qualidade proteica.

Disto pode-se deduzir que para os grupos de menor renda, o acesso a dietas adequadas ou seja, melhor alimento, é cada vez mais difícil e consequentemente, a tendência à subnutrição, maior!

(*) Doutor em Ciência de Alimentos pela Julius Maximilians Universität da Bavária, Alemanha Ocidental; Professor do Curso de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos da UFRJ; Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq (DTA — UFRJ, Cx. Postal 74.501, 23.460 Seropédica, RJ).

TABELA 1. Países desenvolvidos (dados aproximados — 1975)

per capita	Região	Nobel	População (milhões)	Renda (US\$)	Disponibil. cereais t)	Prêmios	Disponibil. cereais dia
EEUU			214	+ 5000	249	120	3
França			53	+ 3000	36	41	2
Alemanha			62	+ 3000	21	54	1
Suécia			8	+ 5000	5,2	17	2
Rússia			255	2000	135	7	1,5
Itália :			56	2000	17	14	1

FONTE: "Tecnologia de Alimentos e Política Alimentar" — André Tosello — I^o ECTA da UFRJ

TABELA 2 Países em desenvolvimento (dados aproximados — 1975)

per capita	Região	Nobel	População (milhões)	Renda (US\$)	Disponibil. cereais t)	Prêmios	Disponibil. cereais dia
Brasil	110	+ 1000	26	0	0,7
México	59	1000	16	0	0,8
Filipinas	44	+ 1000	9	0	0,6
China	880	500	238	2	0,9
Índia	613	+ 500	124	2	0,6
Amér. Lat.	230	+ 1000	80	6	0,9

FONTE: "Tecnologia de Alimentos e Política Alimentar" — André Tosello — Iº ECTA da UFRRJ

A tabela a seguir, elaborada pela FAO, apresenta sérias discrepâncias que mostram um gritante desequilíbrio entre alguns grupos que, em relação a outros,

ingerem cerca de 10 vezes menos proteína de origem animal.

TABELA 3. Distribuição de proteínas na alimentação em gramas/pessoa/dia (média 1975-77)

Região	Vegetal	Animal	Total
Países industrializados	43,3	55,1	98,5
América do Norte	33,7	72,0	105,7
Europa Ocidental	41,0	53,0	94,2
Oceania	33,7	73,6	107,3
URSS + Europa Ocidental	51,6	51,2	102,8
Outros desenvolvidos	45,6	39,7	85,2
Países em desenvolvimento	45,4	12,4	57,8
África	44,3	10,6	54,9
América Latina	38,5	26,7	65,2
Oriente Próximo	59,5	14,4	74,0
Extremo Oriente	42,0	7,6	49,6
Ásia	49,7	13,4	63,0
Outros em desenvolvimento	31,3	19,0	50,0
Média Mundial	44,8	24,4	69,3

FONTE: FAO, CERES março-abril 1980

Talvez a fome que corrói e mata, mantidas as devidas proporções mundiais, seja muito mais acentuada que a falta de alimento de fato! Em 1970, no Congresso Mundial da FAO, em Haia, um ilustre conferencista fez o seguinte comentário. "Se não houvesse fome no mundo, como poderia justificar-se a existência da própria FAO"?

Suposições desta natureza são, sem dúvida, razões fortes para se desvincular fome de falta de alimento. Vistas por um prisma um pouco especulativo, são duas coisas distintas pelo simples fato de poderem ser facilmente manipuladas pela vontade do homem.

Proceda ou não o comentário do conferencista, fato é que a fome ameaça este mundo cada vez mais carente de alimento. Porém, se por um lado alguém ousa fomentá-la, por outro, ainda surge alguém que não hesita em empunhar qualquer arma para combatê-la. É assim que organizações de caráter mundial, continental ou nacional empenham-se em resolver, ou pelo menos amenizar, os problemas decorrentes da deficiência de alimento que aflige vastas regiões do nosso planeta.

É sabido que são muitos os fatores que contribuem para a escassez de alimento e consequente subnutrição, porém, não cabe aqui analisá-los. Em nosso País, este fenômeno já foi descrito por estudiosos como Josué de Castro, Câmara Cascudo e, mais recentemente, vários pesquisadores têm procurado diagnosticar a situação. Neste particular destacam-se os trabalhos dos professores José Dutra de Oliveira, Otilio Guernelli, Nelson Chaves e Bertoldo Kruse Grande de Arruda, entre outros.

Em seminário realizado em março de 1979, em Santaém, Pará, mostrou o professor Camilo Martins Vianna como são profundas as limitações dos hábitos alimentares naquela região causadas por crenças e tabus.

Realmente, são muitos os obstáculos a vencer quer pela dificuldade de recursos materiais humanos, quer pela falta de uma filosofia que uma vez estabelecida seja seguida e respeitada por todos que venham a ocupar as posições de mando. Não há dúvida que o respeito a esta filosofia é condição sine qua non para o êxito de qualquer programa de política alimentar.

No Brasil é necessário que os órgãos governamentais atuantes na distribuição de alimentos definam perfeitamente suas áreas bem como suas filosofias de atuação para evitar conflitos, desentendimentos e, em última análise, pulverização de recursos com consequente desorientação geral. Isto inibirá o desenvolvimento do mercado institucional de alimentos cuja existência precisa ser respeitada e harmonizada com os interesses maiores do País.

Que o INAN continue desenvolvendo sua política de apoio às comunidades agrícolas de baixa renda; que a LBA continue atuando nas faixas mais carentes de nossa população; que o Ministério do Trabalho implemente sua política de incentivos fiscais e que a Fundação de Assistência ao Escolar (FAE) continue com seu Programa de Suplementação e Educação Alimentar junto aos escolares carentes. Que a "Merenda Escolar" possa continuar sendo, para milhões de crianças brasileiras, na falta de outro atrativo, uma boa razão para que elas continuem indo à escola.

Sobre "Merenda Escolar", pelos nobres objetivos a que se propõe, pela atuação que vem tendo e, principalmente, pelo que representa para milhões de crianças brasileiras, faz-se necessário que cada técnico cada empresário, cada político tente, de todas as formas possíveis, ser útil pesquisando alternativas, criticando construtivamente

mente e sugerindo possíveis melhorias que se refletem numa melhor alimentação e consequente formação das crianças. Quantos técnicos estão envolvidos neste programa que atinge todo o Território Nacional? Qual a sua função ou melhor, qual a sua real participação no desenvolvimento e adequação do programa à nossa realidade? Qual a sua atuação no estabelecimento e manutenção da qualidade dos alimentos?

Para as crianças que vão à escola em busca da merenda talvez fosse compensador que os administradores de programa como este dessem mais atenção à formação e treinamento das merendeiras. Na Inglaterra, por exemplo, ênfase especial é dada ao recrutamento e treinamento das cozinheiras pois de sua atuação depende, em grande parte, a qualidade sensorial da refeição e, em última análise, o sucesso do programa. As cozinhas ou cantinas das escolas onde os alimentos a serem distribuídos fazem sua última escala, precisam dotar-se de uma infraestrutura mínima que evite a deterioração e perda de produtos de vida útil mais curta. Afinal o programa não prevê a engorda de ratos e insetos! Sem estas medidas básicas de náda adiantará mudar "chefs" e sistemas!

Tem-se a impressão que o Programa de Assistência ao Estudante, que em verdade já alcançou um relativo grau de maturidade, está-se limitando a "comprar mal", "distribuir ao acaso" e "cozinhar para esquentar". Serão estas suas funções primordiais? Não cremos.

Quantos estão de fato empenhados em contribuir para o desenvolvimento das metas filosóficas e fundamentais do programa de alimentação institucional brasileiro?

Verifica-se que o pesquisador e o técnico que potencialmente poderiam e deveriam contribuir para a manutenção e alargamento da filosofia básica de um programa deste tipo, vêem-se, quase sempre, tolhidos pela carência de recursos que, em essência, seriam o catalizador necessário à expansão da sua criatividade. Este estímulo poderia ser perfeitamente alcançado através do financiamento de projetos de pesquisa compatíveis com os interesses fundamentais dos Órgãos Governamentais patrocinadores de programas de alimentação. Isto feito, melhores alimentos seriam, alternativamente, desenvolvidos para que a empresa privada ou até o próprio Governo pudesse fabricá-los; nossas Instituições, quase sempre carentes de recursos, poderiam equipar-se de modo mais adequado; nossos estudantes, em cujas mãos estarão os programas de amanhã poderiam receber um melhor treinamento; o pesquisador, por sua vez, sentir-se-ia recompensado por ver seu trabalho e esforços frutificarem, e, finalmente, o mais importante, nossas crianças, razão suficiente de todo e qualquer esforço, que em alguns casos caminham quilômetros pela merenda, poderiam, então, receber um alimento de melhor qualidade.

É preciso que se entenda a importância da participação dos núcleos de pesquisa em preparar as novas gerações para os hábitos alimentares que forçosamente despontam no mundo de hoje. Se uma filosofia deste tipo viesse, há anos, sendo aplicada, talvez a soja que atabalhoadamente se tentou vender nos supermercados brasileiros não tivesse ficado nas prateleiras.

Por outro lado, a qualidade dos alimentos precisa ser, antes de tudo, observada e repetida. Pessoas capazes e honestas precisam ocupar os cargos de decisão. Isto observado, escândalos do tipo COCEA, "formol no charque", "deterioração de alimentos da Merenda no Norte", "contaminação do leite", "aflotoxinas em produtos de amendoim", "botulismo" (?) e outros fatos similares (sendo ou não especulativos!), não ocorreriam com tanta frequência.

Torna-se, assim, indispensável e inadiável o fomento ao desenvolvimento de alimentos compatíveis com nossos costumes e tradições, bem como a criação de um sistema de controle e monitoramento da qualidade de alimentos no Brasil, visando, de início, o que vai para as escolas. Porém, deixemos o gigantismo contagiente de lado! Um sistema adaptado à nossa realidade: prático,

simples e funcional; para mostrar fachadas, tirar retratos e "apresentar" relatórios já temos órgãos suficientes!

Precisamos investir na nossa realidade! Não temos dívidas que para as crianças aqui enfocadas, o retorno desse investimento será compensador.

Sr. Presidente, ao inserir esta conferência proferida naquele encontro, quero exaltar o trabalho ali realizado, porque foi, na verdade, de alta valia num instante tão interessante da vida nacional (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Realmente não posso queixar-me da Liderança do meu Partido, porque ela está sempre presente, bem como outras lideranças que aqui comparecem nas reuniões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Acho até graça, quando alguém fala em Parlamentarismo no Brasil; parlamentarismo, como? Esta Casa vive vazia; esta Casa não tem Parlamento; o Parlamento não funciona. Aqui assistimos, são 20, 30 ou 40 Deputados que aqui vêm são os mesmos; a grande maioria não vem aqui. Numa reunião como esta, se encontrarmos um Senador para remédio é o máximo. Não tem!

O que acontece é o seguinte, Sr. Presidente: isso precisa acabar, isso não pode continuar. Já estou requerendo à Mesa do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, há quantos dias esta pauta está obstruída? Há quantos dias não se vota um projeto? Há quantos dias não se vota uma matéria? E eu sustento a tese de que quem está fazendo obstrução está certo; não estão certos os Deputados que deviam estar presentes.

Nessas condições, imaginem governar o Brasil, por intermédio do Parlamento; seria pior do que governar o Brasil por intermédio do Presidente Figueiredo! A verdade é essa!

O que acontece aqui é que somos 479 Deputados, sessenta e tantos Senadores, e se procurarmos um aqui para um caso de morte não o encontramos; é muito difícil encontrar determinados.

Assistimos outro dia ao Deputado Paulo Maluf, candidato à Presidência da República, defender-se dizendo que a presença na Câmara não é só no Plenário: é nos gabinetes, nas reuniões, nas comissões e, depois, acrescentou: "Eu não sei quem vem mais à Câmara se eu ou o Presidente do PMDB."

Tenho um projeto importante, uma emenda constitucional que espero seja votada na quinta-feira, porque se não vou denunciar o nome daqueles que faltarem.

O grande mal que a Revolução de 64 fez ao País não foi a inflação, não foi o desemprego, não foi aumento da mortalidade infantil, não foram todas essas obras faraônicas; o grande mal que a Revolução fez ao País, foi acabar com o estímulo da classe política, dos Parlamentares.

Recordo-me fui Deputado em Minas Gerais; a Assembléia estava sempre presente, estava sempre lotada de Deputados; minha esposa foi Deputada aqui em 67/68, eu acompanhava de perto, o plenário estava sempre cheio nas reuniões do Congresso e nas reuniões da Câmara. Hoje o que é que assistimos? Assistimos o Congresso completamente vazio, com meia-dúzia de sonhadores falando em regime parlamentarista.

O grande mal que a Revolução de 1964 fez, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, foi tirar o estímulo da classe política. O que assistimos aqui são sempre os mesmos 40 ou 50 parlamentares presentes.

Faço questão absoluta de quorum para a emenda que vai ser votada no dia 30, que se refere ao aumento de água, luz, telefone, impostos federais, estaduais e municipais, bem como a prestação do BNH, que só podem ser elevadas nos índices do salário.

Realmente isso interessa ao povo que está aí com impostos elevadíssimos, com taxa de água, luz e telefone,

pela hora da morte, e, entretanto, o Congresso está vazio, as cadeiras estão vazias e o povo sofrendo nas ruas, e a culpa não é do Presidente Figueiredo não! A culpa é do Congresso Nacional que não cumpre a sua obrigação de vir aqui, mas para receber os *jetons* todos eles vêm receber em dia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Universidade Brasileira está em crise: eis aí um lugar-comum. Mas, pelo menos, não se trata de uma crise isolada, única.

Torna-se-a repetitivo, em nosso entendimento discorrer sobre a crise econômica porque passa o País. Contudo verifica-se, dia após dia, que a gravidade do momento, que as restrições e constrangimentos imputadas à População Brasileira são, sem dúvida, diretamente proporcionais aos erros acumulados pelas políticas adotadas durante os 20 últimos anos. A alta taxa inflacionária, a recessão industrial, os salários incompatíveis e o vertiginoso índice de desemprego e marginalidade, nos remetem a um cenário de consequências sociais dramáticas, sem precedentes em nossa recente história.

Seria, pois, incorrer numa inexactidão de análise, querer julgar a questão da Universidade fora desse contexto.

O movimento de greve que paralisou por mais de dois meses 35.000 professores e 60.000 funcionários nas 29 Universidades Federais Autárquicas demonstra, com eloqüência, que as dificuldades presentes têm origem no contínuo descaso com que as autoridades tratam a educação como um todo e, a Universidade em particular, neste País.

O corte sistemático de recursos, sobretudo de 1980 para cá, que, segundo os cálculos dos reitores de cada 100 cruzeiros recebidos em 80, hoje são "dedicados" 37,8 cruzeiros e, em 1985, esta progressão levará a 22,8 cruzeiros, vem ameaçando o patrimônio científico/cultural/tecnológico das Universidades, gerando uma verdadeira impossibilidade de produção intelectual e científica sadia, o que leva, dentre outros, ao descumprimento do seu papel e ao distanciamento das unidades de ensino superior, de forma cada vez mais acentuada, da comunidade de contribuinte.

A política salarial adotada, também, de maneira mais enfática a partir de 1980 e, mais recentemente corroborada pelos Decretos nºs 2.024 e 2.045, conduzindo a uma perda salarial para professores de 103% e de 167% para servidores administrativos, em dados de abril deste ano, não esconde que a qualidade dos serviços prestados se vê atualmente afetada.

Mas o projeto não é novo, data de 1965!

À guisa de recordação, convém lebrar que o estudo e levantamento feito pelo Prof. Rodolph Atcon nas principais Universidades do País, consubstânciou-se num relatório que, dentre outros pontos preconizava o ensino universitário pago. Às recomendações de Atcon adendou-se a assinatura do acordo MEC-USAID, que embora não se restringindo à Universidade, propõe medidas que enfatizam e complementam o relatório Atcon:

- 1 — Economia de recursos humanos e materiais;
- 2 — Matrículas por disciplina;
- 3 — Implantação de cursos básicos;
- 4 — Vestibular unificado e classificação por região;
- 5 — Cursos de graduação com menor período de duração (Ensino profissionalizante)
- 6 — Extinção do ensino gratuito.

Em 11 de Fevereiro de 1969, sob forma de Decreto-lei Presidencial nº 464, é iniciada a implantação paulatina do referido projeto.

Pelo que aqui foi demonstrado, podemos constatar, sem levianidade, que os 5 primeiros itens já estão em vigor e, o Item 6 encontra-se em marcha.

Acreditamos, ainda, que a Emenda Constitucional nº 24, de autoria do Senador João Calmon, aprovada pelas Mesas da Câmara e do Senado Federal em 1983, cujo teor transcrevemos, acrescenta ao Art. 176, da Constituição parágrafo que sequer tem sido considerado pelo Conselho Federal de Educação, fato é que não vem sendo aplicado.

"§ 4º Anualmente, a União aplicará nunca menos de 13%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25% no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

Todas essas razões, e outras mais, tornam inadiável uma rigorosa investigação dos fatos que envolvem as Universidades Federais Autárquicas, a natureza de sua crise específica e suas legações com a crise geral que o País atravessa, as causas e os efeitos da crise, a questão salarial de professores e funcionários, o problema das verbas, dos currículos, do ensino e da pesquisa, das suas ligações com a respectiva comunidade e com a sociedade, o debate ensino público versus ensino pago, a política oficial do MEC, a aplicação da emenda João Calmon etc.

Pretendemos que esta investigação seja realizada através deste Congresso Nacional e pelo seu instrumento clássico, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo requerimento estamos nesta data encaminhando à mesa da Casa.

A idéia é, não apenas fazer o diagnóstico mas apontar caminhos para as Universidades Federais brasileiras, neste instante de transição, inclusive para que o Congresso participe do debate e apresente as soluções da resolutivas. Para tanto, contamos com o apoio de nossos companheiros desta Casa, no sentido de viabilizar a CPI que estamos requerendo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Jornal do Brasil publicou, numa de suas colunas na edição da última quinta-feira, dia 23, uma nota que pretendemos comentar.

Diz a nota:

BÚZIOS MALUFISTAS

Em Feira de Santana, base política do Governador João Durval, da Bahia, a luta sucessória vem sendo tratada no plano esotérico. Dias antes da Convenção do PDS, o astrólogo Firmino Torres previu: "O Deputado Paulo Maluf, não dura uma semana como candidato a Presidência".

Já os búzios do babalorixá Carlos Adani da Silva, do terreiro Nana-Sabo-Jitolobi, deram outra profecia: "Maluf ganha a Convenção, será eleito Presidente da República e fará um grande Governo".

E o PMDB, que tem ligações locais com o babalorixá, desconfiou que ele houvesse malufado. Por isso, o Deputado Colbert Martins foi destacado para investigar o caso de infidelidade e sofreu uma desilusão:

— Não fui eu e sim os búzios que malufaram — garantiu o Pai-de-Santo.

E como cosolação, sugeriu ao Deputado que instalasse um núcleo do PMDB no terreiro para ver se muda a sorte do Partido da Oposição.

Pois bem, Sr. Presidente, é um comentário jocoso, mas que merece uma análise. Alguns dias atrás, antes da realização das Convenções do PDS e do PMDB, alguém perguntou porque Tancredo Neves deixava o governo de Minas. Seria um ato de coragem do Governador mineiro, seria um ato de audácia do ex-Governador mineiro ou seria a confiança que S. Ex^a teria no êxito de sua campanha à sucessão presidencial? Nenhum desses fatos, Sr Presidente, é verdadeiro. Na realidade, o Sr. Tancredo Neves deixou o Governo de Minas Gerais porque estava simplesmente com onze pontos negativos ainda em junho. O Governador Tancredo Neves corria, em Minas, sério risco de terminar o seu mandato sem realizar uma só obra. Nestes dois anos que esteve à frente do Governo mineiro em nenhum e só instante S. Ex^a mostrou que o Governo de Minas estava ocupado administrativamente. Estava, evidentemente, ocupado políticamente porque foi um governo de perseguição, foi um governo que massacrou os nossos companheiros. Desde a professora à diretora escolar, até o humilde servente do grupo escolar ou da escola de 1º grau foram perseguidos pelo Sr. Tancredo Neves que, no entanto, há poucos dias se espantou porque um ministro do Governo do Presidente Figueiredo foi substituído. Quando S. Ex^a exonerou milhares e milhares de humildes servidores públicos, foi um ato de rotina administrativa, quando o Presidente Figueiredo exonerou a pedido apenas um de seus ministros, S. Ex^a, o ex-Governador de Minas Gerais, diz que é caça às bruxas.

Evidentemente, Sr. Presidente, falta ou ex-Governador Tancredo Neves autoridade para criticar o Governo Figueiredo por perseguições. S. Ex^a que talvez tenha sido só batido pelo Governador Franco Montoro, em São Paulo e pelo Governador Iris Rezende, em Goiás, porque, com exceção desses dois, S. Ex^a, Tancredo Neves, foi o Governador que mais demitiu servidores públicos no início de sua administração.

Pois bem, Sr. Presidente, o Sr. Franco Montoro — já que sou um Deputado de São Paulo, não posso me furtar ao prazer de analisar a sua conduta — conseguiu bater mais um recorde. S. Ex^a foi pior que Tancredo. Daí porque a candidatura de Tancredo está em boas mãos. Ela foi lançada no Brasil, exatamente por alguém que foi pior do que S. Ex^a, que foi o Governador Franco Montoro. Nessa mesma pesquisa Franco Montoro já caiu para o índice de menos 49%.

Isso, Sr. Presidente, mostra bem como andam as administrações estaduais dos governos peemedebistas. Foi muito fácil criticar. Ao longo dos anos esta tribuna foi testemunha das críticas permanentes e desacerbadas contra os governos em exercício, e agora, quando deveriam fazer alguma nos seus Estados, afinal está o fracasso, afinal estão as pesquisas: o Sr. Tancredo Neves, deixa Minas Gerais com uma administração, analisada pelos seus concidadãos, como de 11 pontos negativos. (Muito bem!)

"DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ADAIL VETTORAZZO, EM SEU DISCURSO."

IRIS É O MAIS POPULAR; MONTORO, ÚLTIMO DE NOVO

O governador de Goiás, Iris Rezende, conseguiu em julho o melhor índice de popularidade — + 45 — desde que o Instituto Gallup iniciou suas pesquisas para aferir a opinião da população sobre os governadores dos dez Estados mais populosos do País. Outro recorde foi do governador de São Paulo, Franco Montoro, que atingiu — 49 de popularidade, o pior índice desde julho de 83, quando os paulistas opinaram sobre seu governo pela primeira vez. Mas o pior índice entre todos os governadores não foi a única superação de Montoro, que bateu também a impopularidade do presidente Figueiredo — .44 — no mesmo período. Já o candidato das oposições à Presidência, Tancredo Neves, foi o que mais melhorou sua imagem entre os mineiros, tendo saído de — 26 em abril para — 11 em julho.

Dos 628 entrevistados em 19 cidades de Goiás, 71% consideraram o governo Iris rezende ótimo (31%) e bom (40%) — também a maior porcentagem de aprovação já obtida — e apenas 26% o classificaram negativamente. A diferença entre essas porcentagens estabelece o índice de popularidade + 45, mantendo Iris Rezende assim, na liderança do seletivo grupo de governadores que obtêm índice positivo de aceitação popular. Ele obteve nove pontos a mais de aprovação em relação à pesquisa anterior, realizada em abril, quando já havia chegado ao recorde + 36.

O segundo melhor índice de popularidade (+22) em julho foi do governador Esperidão Amin, de Santa Catarina, cuja aceitação pela população do Estado permanece estável, tendo melhorado um pouco em relação ao mês de abril, quando obteve + 17 (a melhora deveu-se à menor porcentagem de aprovação — 34% — que há quatro meses foi de 39%, foram mantidos os 56% de qualificação ótimo e bom). O outro governador que manteve seu índice de popularidade positivo foi José Richa, do Paraná, com + 1. Esse índice, no entanto, é menor do governador paranaense desde o inicio das pesquisas, em julho de 83, quando ele obteve + 15.11. Representa, além disso, acentuado declínio de sua popularidade, cujo melhor índice (+21) foi atingido em fevereiro, tendo caído para + 4 em abril. Em Santa Catarina, foram 674 entrevistas em 17 cidades e no Paraná, 711 em 24 cidades.

Já o quarto colocado na pesquisa de julho, Roberto Magalhães, de Pernambuco, manteve estável seu índice de popularidade, embora negativo -10. Cerca de 51% dos 998 entrevistados em 23 cidades pernambucanas classificaram seu governo entre regular (40%) mau (5%) e péssimo (6%) enquanto outros 41% consideraram ótimo e bom.

Tancredo, maior ascensão

O candidato da Aliança Democrática à Presidencia da República, Tancredo Neves, ficou em quinto lugar, com -11 de popularidade. Apesar do maior número de qualificações negativas (48%), o governador de Minas Gerais foi o que obteve a maior diferença (15 pontos) entre seu índice de abril — -26 — e o de julho, quando foram feitas 1.001 entrevistas em 32 cidades de seu Estado. Mesmo assim, indica grande oscilação na aceitação de seu governo pelos mineiros, que desaprovaram Tancredo também em fevereiro (-12), em dezembro (-25) e em setembro (-13).

Os outros dois governadores que permaneceram no bloco intermediário, ainda com índices negativos, foram o gaúcho Jair Soares (-17) e o cearense Gonzaga Mota (-21). Há outra semelhança no julgamento das populações de seus Estados: a popularidade de ambos apresenta declínio em relação a abril, quando o índice de Jair Soares foi (-17) e o cearense Gonzaga Mota foi (-21). O contraste fica por conta do lento declínio da aceitação de Jair Soares desde a primeira pesquisa, em junho de 83, quando obteve o índice + 12, em comparação à relativa melhora de Gonzaga Mota, que tinha -26 de popularidade em setembro. Os 628 entrevistados em 26 cidades gaúchas deram 38% de qualificações positivas a Jair Soares, e 55% negativas, enquanto 56% dos 734 cearenses consultados em 16 cidades consideraram Gonzaga Mota ótimo e bom, e outros 35% dividiram-se entre regular, mau e péssimo.

João Durval teve seu governo novamente desaprovação nas 816 entrevistas feitas em 21 municípios baianos: -35. Esse índice representa queda em relação ao de abril — -26 — e quase o aproxima dos -38 de fevereiro — o pior nível de aceitação de seu governo. Em julho, 62% dos baianos entrevistados deram qualificações negativas a João Durval como governador, enquanto outros 27% lhe deram qualificações positivas.

Também Leonel Brizola teve um índice de popularidade — -38 — em julho menor que o de abril (-31). Dos 1.025 entrevistados em 15 cidades fluminenses, 67% de-

saprovaram seu governo, qualificando-o como regular (49%), mau (8%) e péssimo (10%); as qualificações ótimo (7%) e bom (22%) foram dadas por apenas 29% dos entrevistados. Este não é contudo, o pior índice do governador do Rio, cuja popularidade chegou a -48 em fevereiro, o mais acentuado declínio de aceitação popular entre todos os governadores, pois a curva descendente teve seu ponto inicial em junho do ano passado, quando obteve + 17.

Montoro de Novo

Em último lugar na pesquisa do Instituto Gallup de julho ficou novamente o governador de São Paulo, Franco Montoro, com -49. Além desse recorde, que superou o do presidente Figueiredo no mesmo mês, os 1.631 entrevistados em 35 cidades paulistas deram a seu governador também a maior porcentagem de qualificações negativas — 71% — divididas em regular (51%), mau (11%) e péssimo (9%). Apenas 3% consideraram Montoro ótimo, enquanto 19% o qualificaram como bom. Em fevereiro e abril ele já obtivera -44 de popularidade.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE.) Pronuncia o seguinte discurso — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O problema social nordestino, que há longos anos se constitui no grande desafio de todos os Governos, continua sendo a preocupação constante de todos nós, em face da perplexidade em que ficam todos os seus habitantes das áreas do sertão, diante de sucessivos Governos que têm passado pela República e alguns Governos estaduais.

Em nosso Estado este problema tem sido permanentemente fator de preocupação de algumas figuras eminentes da nossa Igreja, principalmente do Bispo de Propriá, D. José Brandão de Castro, este mineiro ilustre, uma das maiores e brilhantes figuras do episcopado brasileiro que tem, ao longo de sua permanência na Diocese de Propriá, desenvolvido um trabalho, não só na defesa dos pequenos proprietários, mas, principalmente dos trabalhadores sem terra. S. Ex^a, Reverendíssimo, tem desenvolvido, na sua ação pastoral, um trabalho de conciliação, mas, ao mesmo tempo, na defesa intransigente de uma mudança das estruturas. Das estruturas agrárias, econômicas, sociais e até divisão política diante dos problemas que afligem aquela região.

S. Ex^a, Reverendíssimo, acaba de escrever um artigo monumental, cujo título é o "Os desafios sociais de uma região sergipana", onde traça todo diagnóstico e retrata todo um passado de preocupações, de lutas e afirmações, e volta suas vistas ao presente para reafirmar a posição categórica da Igreja diante da sua doutrina social de amparo aos desassistidos e aos que não têm perspectivas diante do quadro que todos nós estamos a nos defrontar.

Creio, Sr. Presidente, que é chegada a hora, neste momento em que se busca mudanças e, ao mesmo tempo, substituições de lideranças no comando do País, da palavra da Igreja ser ouvida, pela sua experiência, pela sua isenção, pelo seu passado voltado unicamente para a identificação de suas origens, principalmente sobre as lideranças eclesiásticas, que têm compromissos efetivamente com essas reformas. Neste sentido solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, a transcrição, nos Anais do Congresso Nacional, desse artigo publicado no *Jornal de Sergipe*, que, na verdade, representa um diagnóstico vivo e permanente da realidade sergipana, traduzida na palavra, na experiência e na sensatez deste ilustre Príncipe da Igreja Católica Romana, que é Dom José Brandão de Castro. (Muito bem!)

"DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSE CARLOS TEIXEIRA NO SEU DISCURSO"

OS DESAFIOS SOCIAIS DE UMA REGIÃO SERGIPANA

D. José Brandão de Castro

Pediram-me que escrevesse alguma coisa sobre o Baixo São Francisco. Mais concretamente sobre a região em que está situada a Diocese de Propriá, onde resido já, como bispo diocesano, há vinte e quatro anos.

Devo dizer, a bem da verdade, que me sinto muito feliz de ter vindo trabalhar nesta região e com a maior alegria que vejo aproximar-se o Jubileu de Prata de minha vinda para cá, em obediência a uma vontade expressa do Papa João Paulo XXIII, de saudosa memória.

Confesso que não foi de uma hora para outra que eu descobri os rumos que eu devia tomar, vindo de uma época em que o paternalismo era praxe consagrada e sacramentata na Igreja, não foi de uma hora para outra que meus olhos se abriram para abracingar os fatos nas suas profundezas. Posso dizer, a bem da verdade histórica, que o exemplo de D. José Vicente Távora, foi para mim uma escola do mais alto valor.

Somente aos poucos é que eu fui entendendo bem aquela velha história que ensina que é mais importante dar o anzol do que o peixe. E fui compreendendo sempre melhor que as reformas de base é que se impunham como absolutamente necessárias em nosso País. Entre elas figurava, evidentemente, a Reforma Agrária. Para ela se impunha que os sindicatos dos trabalhadores rurais se organizassem o mais rapidamente possível. Com entusiasmo incentivamos o MEB de então a se lançar em campo a fim de se fazer a arregimentação dos homens da zona rural preparando-os para se unirem em sindicatos. D. Távora foi a alma desse movimento, razão por que, até o presente todos os STR de Sergipe ostentam na sua sede um grande retrato dele.

Com a Revolução de 64, os STR perderam o primeiro entusiasmo pela Reforma Agrária, amedrontandos que ficaram seus dirigentes pelas perseguições de que tinham sido alvo muitos de seus chefes e filiados. Praticamente foi apagada sem dó nem piedade a chama esperançosa de uma Reforma Agrária, cuja urgência era sentida, naquela época, como um dos imperativos imprescindíveis para o autêntico desenvolvimento do Brasil.

Só muito mais tarde é que os STR começaram a se organizar, já então, porém, constrangidos e amedrontados diante da repressão sempre possível.

Quando saiu, em 1968, o grande documento assinado por alguns bispos e intitulado: "Eu ouvi os clamores do meu povo", eu fui um dos seus signatários, assumindo conscientemente o meu gesto. O documento apelava de novo para as Reformas de Base e criticava com argumentos irresponsáveis a guinada oficial do País para o Capitalismo Dependente. O documento mostrava que esse não era o caminho que o País devia tomar. Foi um documento muito criticado, perseguido, mal visto, porém as verdades que ele defendeu e as críticas que apresentou são válidas até hoje.

Mas no fundo de minha consciência não era tudo claro para mim. Tanto que quando se instalou a CODEVASF e foi apresentado o seu programa de Reforma Agrária, a começar na várzea de Propriá, eu embarquei confiante nessa canoa e me recordo e que em 1972, na missa da festa de Santo Antônio, eu defendi publicamente o plano de desapropriação da Várzea de Propriá, considerando esse passo como histórico na caminhada para uma Reforma Agrária em nossa região. Os fatos posteriores provaram que, nesse caso, eu não fui profeta. Até hoje constato que a reforma que se fez foi, sim, uma reforma no campo, mas não foi uma Reforma Agrária".

Esta, no meu entender, devia mudar as condições de trabalho do trabalhador rural, ao passo que, até hoje, mais de dez anos depois, a grande massa dos que tra-

lham na várzea não passa de empregado mal pagos pelo que produzem. Há os que depois de um dia inteiro de trabalho na colheita do arroz, não chegam a fazer Cr\$ 4.000,00... Eles ganham pelo que fazem, havendo casos de senhoras que deixam seus filhos em casa e, quando voltam, não tem o necessário para lhes dar de comer!

O Caso Betume

Eu posso dizer que meus olhos se abriram, quando da questão do Betume. Em 1975, lá um dia, tomamos conhecimento de que as obras da CODEVASF tinham sido já iniciadas. Foi depois da Páscoa. Com um grupo de sacerdotes e religiosas, fomos até lá para tomarmos conhecimento *in loco* do que estava acontecendo. Qual não foi a nossa surpresa, quando presenciamos de perto uma terrível devastação. Não era apenas o quadro triste de árvores gigantescas que tombavam fragorosamente ao impacto dos tratores, gigantes. Era, sobretudo, o pavor estampado em todos os rostos daquela gente simples que via tudo desmoronar em torno de si e não sabia o que fazer para salvar a própria pele. Muitas famílias já tinham deixado a região, levando apenas a sua pobre bagagem, e uma quantia irrisória que não dava nem para a sobrevivência durante um mês.

Foi ali, diante, daquele povo marcado profundamente pelo terror, que meus olhos se abriram e, juntamente com os que me acompanhavam, foi tomada a decisão de acompanharmos essa tragédia que tinha todos os sintomas de um massacre. E, quando eu disse ao povo que, apesar de morar em Propriá eu ignorava que tudo aquilo estava acontecendo, uma senhora atalhou minha observação com essas palavras: "E o Sr. morando ali pertinho em Propriá, ignorava que a gente estivesse sofrendo assim"? Posso dizer que essa observação me impressionou vivamente. Tomei, desde logo a decisão de fazer tudo, justamente com os meus sacerdotes e demais auxiliares, para que aquilo tivesse um paradeiro e um desfecho diferente.

O caso do Betume ainda não terminou. Perto de mil processos foram movidos pelos posseiros do Betume contra a CODEVASF. Consta que todos foram ganhos por eles... mas, não se sabe por que, há um mistério em torno desses processos que é urgente decifrar. Brevemente, com um advogado e alguns posseiros do Betume, irrei a Brasília, para ver se descobrimos a "dente de coelho" que há no meio disso.

Uma Estrutura Pesada

Muitos já me perguntaram, seu eu não fiquei, algum dia, desanimado diante de tantos problemas que existem na região que me foi entregue pelo Papa, assim de que eu anuncie a seu povo o Evangelho. Respondo sempre que, graças a Deus, até o presente a coragem não me faltou. Mesmo nos momentos mais difíceis — e eu poderia acrescentar os já conhecidos casos da Ilha de São Pedro e de Santana dos Frades — mesmo nos momentos mais difíceis, eu me sinto tranquilo. Se o Papa, representante especial de Cristo na terra, me mandou para essa região, é porque Deus assim o quis.

Evidentemente, eu não sou advinhal. Mas eu sinto que essa estrutura do nordestino há de mudar um dia. Não é possível que as coisas continuem como estão. É incrível, por exemplo, que, mesmo em todos esses anos de seca, o Nordeste tenha crescido a taxas positivas, superiores e até mesmo muito aproximadas das do restante do País. Eu francamente não vejo isso, mas são os dados oficiais que garantem esse crescimento. E creio que eles não têm necessidade de mentir. Entretanto, o que vemos é a violência da fome, é a tortura da miséria. Dizem as estatísticas oficiais que dos 1375 municípios do Nordeste, somente 59 (4,3 por cento) é que não dispõem de serviços de saúde. Mas, não obstante isso, a situação sanitária dos nordestinos é de espantar. Os dados são alarmantes: quatro milhões são portadores de esquistossomose; três milhões tem doença de Chagas; a cada ano aparecem

17.000 novos casos de tuberculose; a desnutrição atinge 66 por cento da população infantil entre um e cinco anos; 34 por cento do total dos óbitos são de menores de um ano, cada ano. Com todo o nosso ufanismo devemos confessar que semelhante realidade só se via, em outros tempos, nos países mais pobres da Ásia e da África.

Mas, um retrato mais contrangedor dessa miséria foi o que vimos nas frentes de emergência que chegaram a empregar 2 milhões e 700 mil nordestinos, uma quantidade cinco vezes maior que a da seca de 1970. Se juntarmos a esse número aproximado dos familiares, nós teremos mais de dez milhões de flagelados, população superior a de quatro países sul-americanos, como Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai. E todos nos lembramos de como toda essa gente foi mantida nos níveis mais baixos de subsistência, recebendo apenas Cr\$ 15.000,00 por mês.

Francamente não vemos como, diante da desnutrição e da morte de tantos irmãos nossos, nós nos possamos orgulhar das estradas construídas, dos telefones instalados, do consumo de energia. Há, evidentemente, uma estrutura pesada mantendo essa situação no Nordeste.

Há necessidade de todos nós chegarmos à conclusão de que se faz necessária uma mudança urgente de estruturas em nosso País.

A Culpada será a seca?

Comumente se atribui à seca periódica, o fato de o Nordeste ter tanta miséria. O fato é que o Maranhão chuvoso é mais pobre que o Ceará seco. O trabalhador da zona da mata de Pernambuco é mais subnutrido do que o sertanejo do semi-árido. É sabido que as chuvas até atrapalham a agricultura de irrigação. Não é segredo para ninguém que a seca traz inegáveis vantagens econômicas, políticas e culturais para as classes dominantes. A seca desvia as atenções das causas verdadeiras da miséria dos nordestinos. Os cientistas sociais reconhecem que as verdadeiras causas da miséria da população nordestina são de três tipos: estruturais, políticas e econômicas. A seca fortalece esse equívoco de se pretender sanar vícios de estrutura com cruzadas essenciais ingênuas, não obstante gigantescas.

A seca tem servido assim de motivo inteligente para forçar o aumento das verbas públicas destinadas ao Nordeste, mas de cuja exata aplicação, nunca se tem absoluta certeza.

O fato é que, se a seca fosse mesmo esse bicho-papão que se pregoa por aí, tornando o Nordeste, como disse alguém, inviável, as terras do Nordeste não teriam sido tão valorizadas, mesmo durante a seca! Sabe-se que, só nos dois primeiros anos de seca o preço real da terra do Nordeste subiu cinco vezes mais, como resultado direto das melhorias custeadas pelo poder público.

A Reforma Agrária

É claro que a Reforma Agrária se vai tornando cada vez mais difícil, na medida em que aumenta o valor das terras. Não obstante, é sabido que os técnicos do Banco Mundial declararam com firmeza que a Reforma Agrária é um "pré-requisito para o desenvolvimento do Nordeste".

Felizmente, vai crescendo nos sindicatos do interior a convicção de que se faz necessária uma Reforma Agrária no interior do País. Esta foi a grande aspiração dos componentes do Brasil os idos de 60 a 64. E até hoje ela não foi levada em consideração.

Em Sergipe, a nosso ver, a situação poderá mudar para melhor em nossos dias. O Projeto Nordestão, do qual faz parte em Sergipe o "Chapéu de Couro", em boa hora lançado pelo Sr. Governador do Estado, poderá levar em conta as aspirações dos agricultores de alguns municípios, como os do baixo São Francisco.

Durante a seca, foram adquiridos com recusos que vieram de fora do Estado, através da Diocese, algumas tarefas de terra no sertão. Isto é, no entanto, uma gota

d'água. Apenas um gesto de fraternidade. Os agricultores estão trabalhando na sua terra com um entusiasmo nunca visto. O mesmo se dá em Nossa Senhora de Lourdes, onde um terreno doado pelo Sr. Manuel Gonzaga da Rocha à padroeira da cidade, foi colocada pela Diocese a serviço dos pequenos lavradores. Não se comprehende, no entanto como as autoridades municipais de N. S. de Lourdes estão se posicionando contra os pobres agricultores, dificultando a eles o acesso à terra. Um trator da Prefeitura, nesses últimos dias, devastou o terreno reservado para o plantio sem antes pedir a anuência da Diocese.

Mas o problema da terra, ou seja, o da Reforma Agrária, é um problema que interessa não apenas ao Nordeste, mas a todo o Brasil. Se não vier, quanto antes, uma Reforma Agrária, dentro de pouco tempo, as terras do Brasil estarão nas mãos das grandes empresas e até mesmo das multinacionais.

.....
Dom José Brandão de Castro é bispo da Diocese de Propriá há vários anos. Integrante da ala progressista da Igreja Católica, tem se destacado pelo seu trabalho ao lado dos mais humildes. Saiu vitorioso praticamente em todas as suas lutas em defesa dos pobres, principalmente, no que se refere à valorização do homem.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na sessão de amanhã do Congresso Nacional estará em pauta, para votação, o Decreto-lei nº 2.100.

Trata-se de mais um produto do laboratório do Fundo Monetário Internacional. É mais um diploma recessivo contra o mercado interno, contra os interesses dos trabalhadores, que visa a aperfeiçoar o ciclo de retrocesso por que tem passado a legislação social neste País nos últimos 20 anos.

Esse retrocesso começou com a Lei Antigreve e se desenrolou com a substituição da estabilidade no emprego, pela lei que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, vale dizer, a rotatividade, vale dizer, o desemprego, vale dizer, a situação de angústia por que passam os trabalhadores brasileiros. E prosseguiu, com a elasticidade que se deu aos cálculos para a fixação de benefícios dos aposentados, que tinham, inicialmente, a sua remuneração de aposentadoria fixada com base numa média dos últimos 12 meses e que foi substituída por uma média dos últimos 24 meses de contribuição e que hoje se encontra numa média de 36 meses de contribuição, sendo que não mais 100% incidem sobre essa média, mas tão-somente 95%. E prosseguiu com uma série de medidas recessivas, culminando com a prática continuada da adoção de decretos-leis para restabelecer, e o fazendo da forma mais perversa possível, o arrocho salarial.

Tivemos o Decreto-lei nº 2.012, que foi o primeiro e mais suave e que, embora mantendo os índices de percepção em relação ao INPC, fixados pela Lei nº 6.708, retirou dos trabalhadores de menor faixa, mais especificamente, de 1 a 3 salários mínimos, o adicional de 10%, o que dava uma perspectiva de recuperação gradual do salário real perdido durante o período de exceção em que vivemos neste País.

A Lei nº 6.708 estabelecia a perspectiva de, durante alguns anos, estabelecer o salário médio real em 11,5%. E com o Decreto-lei nº 2.012 essa perspectiva foi bruscamente cortada. Veio o Decreto-lei nº 2.024, um pouco melhor do que o 2.012, mas, logo em seguida, a perversidade salarial se revelou pelo Decreto-lei nº 2.045, que, repudiado por este Congresso, foi substituído pelo 2.064, que é praticamente reproduzido pelo Decreto-lei nº 2.065.

O Decreto-lei nº 2.100, Sr. Presidente, como o Decreto-lei nº 2.036 que rejeitamos aqui, como o 2.065,

que está em vigor, é um decreto-lei que tem a característica, e conotação de estabelecer o processo recessivo que está levando este País a uma situação de crise social aguda, que está levando os trabalhadores a uma situação de insustentabilidade social.

Por isso, Sr. Presidente, estamos mais uma vez nesta tribuna, e mais uma vez condenando essa prática anti-social e condenando os Srs. Deputados e os Srs. Senadores para que, na sessão de amanhã, compareçam em massa a este Parlamento para repudiar, para rejeitar, para cancelar o Decreto-lei nº 2.100, que estabelece uma perigosa quebra de isonomia salarial e que estabelece um retrocesso em conquistas importantes, que o pessoal das estatais conseguiu e que devem ser estendidas a todos os trabalhadores, e não cortada por cima daqueles que já obtiveram o avanço social (Muito bem!)

O Sr. Jorge Vianna — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Vianna, como Líder.

O SR. JORGE VIANNA (PMDB — BA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Este Congresso ouviu nesta manhã, assacadas da tribuna do Governo, pelo Deputado Adail Vettorazzo, posições que não correspondem à verdade. Nós desafiamos, em nome do PMDB, a que sejam apresentados aqui os nomes daqueles que foram demitidos e perseguidos, seja no Estado de São Paulo ou no Estado de Minas Gerais, qualquer demissão que tenha sido feita sem que tenha sido antes precedida por um inquérito administrativo. Todas as demissões que nos dois Estados ocorreram, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocorreram dessa forma, dentro da lei. Não houve nenhuma perseguição em nenhum dos dois Estados. É claro que cargos de confiança foram ocupados por quem de direito e por quem de dever. Essa é uma posição que o Congresso Nacional tem de saber, para que, neste momento, em que a Aliança Democrática vem à Nação para tentar trazer a democracia de volta às plagas brasileiras, não comece a se assacar esse clima de revolta, esse clima de perseguição que, agora, já se faz. Até o próprio Palácio do Planalto acaba de desfazer a onda que os malufistas queriam impor no Brasil, de intranqüilidade e de demissões. Isso não ocorreu em Minas, não ocorreu em São Paulo e nem ocorrerá no Brasil de amanhã, quando Tancredo Neves, por eleição direta, assumir o poder no Brasil.

Eram estas, Sr. Presidente, as afirmações que a Liderança do PMDB queria fazer nesta manhã, restabelecendo a verdade no Congresso Nacional. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro, como Líder.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O PDT, hoje, deseja relembrar um fato que aconteceu há cinco anos neste País. Há cinco anos, precisamente no dia 28 de agosto, foi promulgada a Lei da Anistia, a lei que deveria ser a grande lei de conciliação nacional, que pudesse restabelecer, na sua plenitude, o diálogo político no País. É evidente que a Lei de Anistia foi um passo adiante que trouxe profundos progressos políticos-institucionais ao Brasil. Saudamos a todos os brasileiros que puderam voltar a fazer política neste País entre os que quais me incluo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nós queremos lembrar, nesta hora, milhares de brasileiros que até hoje permanecem sem anistia, lembrar as camadas humildes de trabalhadores, de marinheiros, de cabos e soldados, que até hoje não tiveram a ventura de serem anistiados, muitos dos quais foram perseguidos, perderam seus em-

pregos, foram presos simplesmente porque lutaram no âmbito do seu sindicato, da sua associação, por melhores condições de vida, travando a luta econômica. Saúdo todos aqueles que foram anistiados, mas não posso me esquecer dos que continuam apenados, que continuam como antes, sofrendo as consequências de um golpe militar que até os próprios autores deixaram de crer. Esta, a situação de milhares de brasileiros que, neste momento, eu desejo relembrar, relembrando a esta Casa que é fundamental lutarmos pelo restabelecimento das nossas prerrogativas, para que injustiças como essas não se tornem tábula rasa no processo institucional brasileiro. Neste momento, o PDT quer trazer a sua homenagem a milhares de brasileiros que continuam condenados, muitos dos quais por crimes que não cometem, a maior parte deles absolvidos pela justiça civil, até pela justiça militar, e que continuam pagando uma pena sem terem, na verdade, nenhuma sentença judicial que os condene. A nossa homenagem a esses anistiados, porque, no Brasil, quando falamos em desaparecidos e mortos, nós nos lembramos dos deputados, dos dirigentes nacionais, e das pessoas importantes, mas não nos lembramos de centenas de trabalhadores que foram mortos e que continuam em covas rasas, não nos lembramos de camponeiros que foram massacrados nos primeiros dias de 1964.

Sr. Presidente, o PDT não poderia deixar de, ao homenagear os que não foram anistiados, neste dia 28 de agosto, histórico em face da Lei de Anistia, levanta outra questão que nos parece denunciado muito grave. O País, Sr. Presidente, começa a tornar-se insensível, os fatos começam a acontecer — e este é o grande perigo dos governos autoritários — e nós passamos a admiti-los, passamos a degluti-los como se fossem normais. Hoje, entra em vigor novo aumento dos combustíveis, dos derivados de petróleo e do álcool, cerca de quase 30% de aumento. É mais uma forma econômica de esmagamento dos mais pobres, dos que na vida não têm quase meio de sobrevivência, porque quando o combustível, num País rodoviário, aumenta, tudo aumenta.

Sr. Presidente, fizemos um pronunciamento nesta Casa, há cerca de 15 dias talvez, dando margem a uma interpretação que nos pareceu profundamente grave. O jornalista Hélio Fernandes denunciava que, enquanto, quase trimestralmente, os combustíveis no País aumentam, as empresas multinacionais deste País são subsidiadas pelo povo, enquanto o povo, o trabalhador sofrem as consequências inquestionáveis do aumento dos combustíveis. As grandes empresas multinacionais recebem o benplácito, recebem os favores e o subsídio do Governo Federal de forma escandalosa. Enquanto o povo está pagando um mil e duzentos cruzeiros por um litro de gasolina, a PETROQUISA; comandada por Ralph Rosenberg, da qual é presidente o Exmº ex-Presidente da República, General Ernesto Geisel, paga o combustível pelo preço de 180 cruzeiros; a DOW QUÍMICA cujo Presidente é o General Golbery do Couto e Silva, paga 210 cruzeiros e a UNIPAR, que por coincidência, também é presidida pelo Brigadeiro Faria Lima está pagando 230 cruzeiros. Esta é a realidade do País.

Quero conhecer as justificativas dos que defendem as empresas multinacionais, para o fato de que elas com o superfaturamento, com os royalties levaram milhares de cruzeiros deste País, fomentando esta dívida externa escandalosa; quero ver quem vai justificar o subsídio oferecido a empresas desse porte, todas multinacionais, ligadas ao capital monopolista internacional, e que conseguem que o povo brasileiro, o homem trabalhador que ganha 90 mil cruzeiros, paguem parte dos seus combustíveis; este homem, vítima do aumento indiscriminado dos preços e da inflação galopante. Esta é a realidade deste País.

Este País está ficando insensível, as pessoas passam nas bancas de jornais, vêm na televisão os anúncios dos aumentos sucessivos em todas as frentes e ninguém mais faz nada. Quando o Sr. Delfim Netto diz que no próximo ano a inflação vai ser de 190%, há pessoas que saú-

dam isto como se fosse uma grande vantagem. Isto quer dizer, precisamente, que 200 cruzeiros, hoje, passará a valer 10 cruzeiros ano que vem, numa inflação de 190%. Mas está tudo bem!

Depois de tudo isso, o Sr. Ministro da Guerra nos faz uma Ordem do Dia justificando o injustificado. E, de repente, o Exército brasileiro, o glorioso Exército de Caxias está condecorando parlamentares que sempre tiveram a posição mais radical, aqui no Congresso. São parlamentares comprometidos, como, por exemplo, na tentativa de golpe do General Sílvio Frota, se não me engano. Deputados comprometidos com o golpe que se tentou organizar para derrubar o General Geisel, são, infelizmente, condecorados pelo próprio Ministro do Exército.

Este é o País em que vivemos. Enquanto as multinacionais têm o preço da gasolina subsidiada, o povo, de pé no chão, não tem onde morar, não tem o que comer.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Pois não

O Sr. Osvaldo Nascimento — Gostaríamos de, colaborando com o brilhante pronunciamento de V. Ex^e, cobrar, também, do nosso Partido, do nosso Líder Leonel Brizola, uma atitude consentânea com as necessidades do País. Parece-me que ele deveria ficar no Rio de Janeiro em cima de um projeto, de um programa de governo, porque o povo do Rio de Janeiro não aguenta mais os assaltos, os crimes, enfim, a miséria que tomou conta do Rio de Janeiro. Condicionar o povo do Rio de Janeiro no sentido de reivindicar do Governo Federal os seus direitos adquiridos como pessoa humana. Isto não vem acontecendo, ilustre Líder. Nós iremos, daqui por diante, com uma total independência, cobrar dos homens do Governo, que estão com o governo na mão, e dos governos de Oposição, que venham prestar contas à Nação do que fizeram para o povo, até agora.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Deputado Osvaldo Nascimento, eu fazia um discurso analisando a anistia, analisando o preço dos combustíveis, e V. Ex^e vem com o Rio de Janeiro que, aliás, é o meu Estado. E gostaria até de responder a V. Ex^e quando fala na violência do Rio de Janeiro, quero dizer apenas que V. Ex^e não está tão bem informado, porque hoje...

O Sr. Osvaldo Nascimento — Culpa da minha liderança, a informação depende da liderança a trazer para os seus liderados.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — A liderança do partido não pode ser confundida com a assessoria de Deputado.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Assessor quando se soma em cima de um pedestal de orgulho, mas num clima de humildade, entendimento, igualdade e solidariedade tem obrigação o líder de manter os seus liderados informados.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Estou agradecido pelo aparte de V. Ex^e, mas desejo informar que, por exemplo, as estatísticas dos últimos seis meses demonstram que o índice de criminalidade do Rio de Janeiro desceu a mais de 30%.

Hoje, por exemplo, em matéria de assalto a banco, São Paulo tem uma média de seiscentos assaltos a bancos por ano e o Rio teve, no ano passado, senão trinta.

Mais do que isso, farei uma revelação agora ao Congresso e ao Deputado Osvaldo Nascimento, sobre uma questão que pouca gente sabe e que é necessário ser esclarecido.

É escandaloso o esquema financeiro que se organizou no Rio de Janeiro, para o gáudio dos banqueiros. Hoje, no Rio de Janeiro, a Secretaria de Segurança Pública, em

se tratando de segurança no que diz respeito ao esquema de alarmes bancários, junto com o DENTEL, tem uma verba mensal de um bilhão e novecentos milhões de cruzeiros, todos esses serviços pagos pelo povo para os banqueiros; os banqueiros não pagam um tostão, um tostão de volta, para o Governo do Rio de Janeiro.

Hoje, estamos no Rio de Janeiro discutindo essas questões: ou os bancos do Rio de Janeiro assumem o ônus da sua segurança garantindo seu negócio, ou o Governador do Rio de Janeiro tirará esse tipo de esquema de segurança aos bancos do Rio de Janeiro.

É preciso que saibamos, quando se fala em violência neste País, que foi um bom tema trazido pelo Deputado Osvaldo Nascimento. Nós nos esquecemos que a partir do Decreto-lei nº 669, de 1968, se retirou da Polícia Civil toda a atividade de policiamento ostensivo e se colocou as Polícias Militares como responsáveis pelo policiamento público ligadas às inspetorias gerais da Polícia Militar e também ao Estado-Maior das Forças Armadas. Passaram a ser um órgão auxiliar das Forças Armadas no trabalho, na luta e no treino contra a guerrilha e contra a tal subversão, e as pessoas, os homens, e toda a população ficou desassistida; foram proibidas as Delegacias de Vigilância em todas as capitais do País — é bom que se diga! Hoje, o Rio de Janeiro é o único Estado do País que resolveu, entre ficar diante de uma legislação obsoleta e prejudicial ao povo, mas obediente ao que o sistema determinou, entre ficar com essa legislação e ficar com a...

O Sr. Osvaldo Nascimento — Mas é aí que não está certo, Excelência, diante do sistema, um Governo de Oposição não pode ficar...

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Deputado Osvaldo Nascimento, V. Ex^e me fez um aparte e agora vai me ouvir, gostaria que V. Ex^e garantisse a minha palavra. Sou calmo e, sempre que possível, concedo os apartes a todos que me pedem, agora é preciso também aprender a ouvir. Gostar de falar é muito bom...

O Sr. Osvaldo Nascimento — Eu acredito no equilíbrio de V. Ex^e, eu acredito na competência de V. Ex^e

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Fazendo soar a campainha.) — Está com a palavra o nobre Deputado Brandão Monteiro, Líder do PDT.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Então, nessa situação, entre ficar subordinado a uma legislação autoritária, entre ficar subordinado a uma legislação que não tem nenhuma relação com o povo, preferimos ficar junto com o povo do Rio de Janeiro, e a partir do mês de agosto voltaram as Delegacias de Vigilância a fazer o policiamento ostensivo no Rio. Hoje, os índices de criminalidade caíram sensivelmente.

O Sr. Jorge Carone — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Lembro ao nobre Líder do PDT que V. Ex^e já negou um aparte, portanto, não poderá mais conceder apartes a nenhum outro Sr. Congressista.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Pois não, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^e, nobre Deputado Jorge Carone.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Líder do PT, Deputada Irma Passoni.

O SRA. IRMA PASSONI (PT — SP) — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Gostaríamos de deixar registrado aqui, rapidamente, um fato relacionado à Educação, principalmente o localizado no Município de São Paulo.

Nós temos hoje, registrados em todo o Brasil oito milhões de crianças fora da escola e trinta milhões de menores abandonados, além de 37% de analfabetos. É a Educação exigindo um desafio profundo da sociedade brasileira.

Na quarta-feira passada, na Comissão de Educação e Cultura, nos deparamos com quatro assessores que vieram do MEC e não souberam nos dizer, claramente, como é que o MEC define a regulamentação da Emenda João Calmon sobre os 13% para a Educação na área federal, sobre os 25% em área estadual e 25% em área municipal. É evidente que essa confusão, de cima a baixo, ela se retrata imediatamente. Retrata-se, porque estamos vivendo um momento de definição orçamentária em todos os níveis e para isso não existe nenhuma definição objetiva.

Lamentavelmente, na Capital de São Paulo, por exemplo, onde temos pessoas de muita competência na área da educação, como a Dr^a Guiomar de Melo, como Secretária Municipal, e o Dr. Paulo, como Secretário de Estado, está se tornando inviável, na prática, medidas objetivas para que, em 1985, as crianças tenham condições — as crianças de sete a quatorze anos — de ir às escolas, o que é um dever constitucional.

As crianças não poderão ter uma sala de aula onde possam a freqüentar, porque não existe verba suficiente para construir mais escolas. E cito dois exemplos só para ilustrar: nós temos dois bairros, o Bairro Residencial Cocaia, onde as crianças andam três quilômetros a pé, porque não tem ônibus, tem matos dos dois lados da estrada, não tem asfalto, é puro barro, onde as crianças não conseguem andar, essas crianças são assaltadas, são estupradas no caminho até chegar à escola e na própria escola não existe nenhuma condição de funcionamento, porque ela simplesmente tem os vidros quebrados, os telhados quebrados; em tempo de chuva a professora é obrigada a usar o próprio guarda-chuva para dar aula, e assim por diante. E somos à Secretaria Municipal para reivindicarmos novas escolas para esse bairro, e também para o Bairro Parque do Lago, e a resposta da Secretaria foi a seguinte: não será possível construir escolas para que em fevereiro essas crianças possam ter suas salas de aula, ter a possibilidade de ingressar na escola, porque não existe verba.

Sr. Presidente, existe uma confusão entre o que é de competência do município e o que é de competência do Estado. Se diz que em níveis de Estados do Norte, do Nordeste e pelo interior, existe esse grave problema de educação. Só quero registrar o seguinte: nós temos uma grande massa de nordestinos, de nortistas e de sulistas no Município de São Paulo, onde essas milhares de crianças também não têm acesso à educação, porque é a mesma realidade brasileira.

Portanto, deixamos registrado aqui a gravidade da não definição do que o MEC entende pela regulamentação da Emenda João Calmon, porque ela se reflete, volta a dizer, no Município e no Estado em nível federal, principalmente em relação a SEPLAN, que entende que verba para a Educação também é a verba que se destina a treinamento no Ministério da Agricultura, no Ministério do Exército, a ESG também tem verba que é da Educação, e assim por diante. Eles insistem em dizer que teoricamente isto não entra, mas na prática está se justificando.

Portanto, nós apelamos e defendemos publicamente que a Emenda João Calmon, que manda aplicar 13% em nível federal, 25% para o estado, e 25% para o município, deve ser aplicado exclusivamente no ensino regulamentar de 1º, 2º e 3º grau, além evidentemente do Supletivo, do Mobral e da educação de adultos.

Portanto, nós exigimos que essa regulamentação seja definida com relação ao que é ensino, que para nós, quanto a dizer, é o ensino regulamentar de 1º, 2º e 3º grau, englobando o MOBRAL, a educação de adultos, e o supletivo. Dentro desse âmbito temos a verba de educação es-

pecífica, o resto são treinamentos que os próprios Ministérios tem subsídios internos para fazerem esse tipo de tarefa educativa, ou treinamento de ensino específico das determinadas áreas, como técnico de agricultura e técnicos em outras áreas.

Portanto, insistimos na necessidade urgente de que haja definição disso. E não é porque a greve das universidades federais voltaram às escolas que o problema está resolvido, pelo contrário, continua o problema gravíssimo das universidades, hospitais-escolas, posto que não foi resolvido, esses problemas, nem foi encaminhada nenhuma verba. Por exemplo, dia 26 de junho, deste ano, a SEPLAN liberou 602 bilhões para pagamento de juros em ORTNs, mas não é capaz de liberar um mínimo de verba para que as universidades e os hospitais-escolas continuem funcionando, para que as crianças brasileiras tenham acesso àquilo que para nós é fundamental, que é a educação. Cabe, explicitamente neste caso, até um **impeachment** no Senhor Presidente da República, que não aplica a Lei João Calmon para uma definição na educação. Sabemos que em momentos históricos, em momentos mais duros da política brasileira, nos foram tiradas as verbas de educação. Mas, hoje, sabemos que há verbas. Então, é preciso que liberem-nas e que não se façam camuflações e justificativas, que não competem sobre aquilo que é determinado à educação brasileira. Nós temos como um dos primeiros desafios brasileiros, a educação; o segundo desafio brasileiro é poder comer; o terceiro, é poder morar; o quarto, é ter saúde. Sem isso, não há condições de termos cidadãos, seres humanos plenamente desenvolvidos, num País chamado Brasil, de 120 milhões de brasileiros.

Portanto, deixamos, mais uma vez, registrado aqui o apelo de que de cima até o município se defina e dê priori-

tade à educação, e que não se diga, em absoluto, em nível de municípios e de Estado, que as crianças não terão escola em 1985, porque não se tem dinheiro. Isto é uma desculpa deslavada, significa até desvio de dinheiro. Sabemos o que significa isso, e desafiamos aqui, o município de São Paulo, para que haja maior seriedade pelo Conselho Estadual de Educação, no Estado, e para que, realmente, não haja crianças, em 1985, fora da escola, por displicência ou falta de definição orçamentária a nível municipal e a nível federal. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Esgotando o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, para deliberação, pelo Congresso Nacional, dos Decretos-leis nºs 2.099, 2.109 e 2.098, sem ter havido deliberação, os Projetos de Decretos Legislativo nºs 29 e 30, de 1984-CN, a eles referentes, foram incluídos em Ordem do Dia, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, conforme determina o citado dispositivo, **in fine**.

Cumprida a exigência constitucional sem que sobre a matéria o Congresso haja se manifestado, os textos dos Decretos-leis são considerados aprovados (Const., Art. 55, § 1º, **in fine**), combinado com Art. 51, § 3º, in fine, ficando, em consequência, prejudicados os Projetos de Decretos Legislativo nºs 29 e 30, de 1984-CN.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência comunica que, não tendo sido apreciados no prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 34, 35, 36, e 37, de 1984-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.104, 2.105, 2.107, e 2.106, de 1984, serão incluídos em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, conforme determina o citado dispositivo constitucional, **in fine**.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 73, de 1984-CN, referente ao Projeto de Lei nº 8, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República, em favor do Hospital das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de cruzeiros), para o fim que específica.

O Sr. Jorge Carone — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone, pela ordem.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG) — Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há poucos dias, em declaração pública à Imprensa e à televisão, o Deputado Paulo Maluf disse que, às vezes, Senadores e Deputados não estão no Plenário, estão nos gabinetes, nas Comissões, nas reuniões; agora não sei, realmente, qual é a espécie de gabinete: se é dentário, se é sanitário. O fato é que é preciso localizá-los bem. Então, eu pediria a V. Exª que acionasse as campanhas para ver se os Parlamentares aparecem, de acordo com o § 1º do art. 29, do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — É regimental o requerimento do nobre Líder do PDT e como é visível a falta de **quorum**, será levantada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 5 minutos.*)

Ata da 231ª Sessão Conjunta, em 28 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Henrique Santillo.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edson Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Antônio Morais — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Haroldo Sanford — PDS;

Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Eitelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genivaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medaúar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brando Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christovam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiruba — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; João Cunha — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octávio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollem-

berg — PMDB; Salles Leite — PDS; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Maceado — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephan — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dircéu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — As listas de presença acusam o comparecimento de 46 Srs. Senadores e 254 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 15, DE 1984-CN

Em 28 de agosto de 1984.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 02, de 1984, que "Estabelece eleições diretas nos municípios considerados estâncias hidrominerais", solicito a Vossa Excelência a prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido ao Relator para apresentação do parecer que se encerra dia 31 de agosto e já prorrogado por 90 (noventa) dias.

Outrossim, esclareço, que o pedido se justifica pela importância da matéria objeto de estudo, e que está a exigir do Relator, Senhor Deputado Adhemar Ghisi, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — **Gastão Müller**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — O requerimento lido depende de deliberação do Plenário.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário é concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Horácio Ortiz.

O SR. HORÁCIO ORTIZ (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A população brasileira foi acordada hoje com a triste notícia do acréscimo de 26% no preço dos combustíveis.

A justificativa do CNP é que o principal fator de influência no aumento foi a variação cambial de 23,25% desde o último reajuste, a correção salarial, e um aumento de 38,5% nos fretes rodoviários.

O importante, Sr. Presidente, é que o problema do aumento dos preços dos combustíveis tem gerado, em cadeia, um acréscimo geral de todo o sistema de transporte no País e, particularmente, tem agravado o problema dos transportes urbanos.

Temos aqui, por exemplo, uma evolução dos preços do óleo diesel que, em 28-12-82, custava 102 cruzeiros o litro; hoje, portanto um ano e 8 meses depois, o custo passou para 720 cruzeiros o litro, o que deu um acréscimo evidente de quase 700%.

Esse acréscimo achamos injusto também porque é geral, incidindo inclusive sobre o próprio álcool que, sabemos, não sofre esses acréscimos cambiais, tendo em vista ser um produto sazonal, produzido através do trabalho agrícola nesse período de safra atual, onde praticamente temos um plantio por ano, um custo de adubo por ano, um custo de mão-de-obra por ano, mas que lamentavelmente sofre esse acréscimo praticamente de 3 em 3 meses, gerando esse sistema de estímulo à inflação. Queríamos lamentar esses acréscimos que evidentemente têm gerado um drama na nossa população e um agravamento violento na inflação, que diz o Governo pretender combater.

Queríamos lembrar, também, Sr. Presidente, que o acréscimo do preço do óleo diesel, provocando o aumento nos transportes coletivos, tem gerado inclusive verdadeiras revoltas na população, particularmente das grandes cidades. No dia em que o Governador Franco Montoro assumiu o Governo de São Paulo, houve um quebra-quebra de ônibus num bairro operário de São Paulo, o Grajaú, Parque Planalto, na zona de Santo

Amaro. Estivemos lá, neste fim de semana, e vimos que eles lutam para restabelecer um antigo direito, uma conquista deles, um pequeno trem que levava os trabalhadores de São Paulo até Santo Amaro, e existia há 40 anos mas nessa década foi sendo paulatinamente sabotado e finalmente retirado nos últimos 6 anos pelo Governo anterior, que era muito vinculado às empresas de transportes rodoviários. Ao invés do trenzinho, criaram 39 empresas de ônibus. Estamos lutando. Aquelas 40 sociedades Amigos de Bairros, de todas aquelas vilas, liderados pelo Jardim Mirna, exigem a volta desse trem de subúrbio para aquela região.

Queríamos lembrar Sr. Presidente, que uma das formas que o Governo deveria se empenhar bastante era para a utilização do gás, o gás natural, para a execução do transporte coletivo, a adaptação dos ônibus para o gás natural, como é normal no Japão, nos Estados Unidos, na Itália, tendo em vista que o gás já hoje utilizado pela Cidade do Rio de Janeiro, pela área metropolitana do Rio de Janeiro, dista somente 350 Km de São Paulo. Assim, esse gasoduto poderia ser construído rapidamente com o auxílio, com o empenho, com a colaboração das próprias empresas industriais do Vale do Paraíba, permitindo a vinda desse gás até São Paulo, para ser aproveitado no sistema de transportes coletivos. Temos uma produção mais do que suficiente para implantação desse sistema de uso de gás nos transportes coletivos de São Paulo.

Fica aqui, sr. Presidente, nossa preocupação com esses aumentos, e a nossa sugestão para a utilização do gás natural no sistema de transportes coletivos de São Paulo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY (PT — SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Amanhã, às 9 horas e 30 minutos, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal examinará o parecer do Senador Murilo Badaró, bem como o do Senador Hélio Gueiros, que pediu vistas, com respeito à consulta feita pelo Presidente do Senado, Senador Moacyr Dalla, sobre se pode se colocar para ser apreciado na Ordem do Dia de sessão do Congresso, nesta sessão legislativa, a Emenda Theodoro Mendes.

O Senador Murilo Badaró disse, em seu parecer, que é necessário, para que isso ocorra, a assinatura da maioria absoluta de uma das Casas e um terço da outra; e o Senador Hélio Gueiros irá argüir que a Emenda Theodoro Mendes, independente desse requisito, tem direito de ser apreciada, uma vez que foi suspensa a sessão em que ela estava tramitando e, ademais, sua natureza é diferente da Emenda Dantes de Oliveira, uma vez que se trata de eleição em dois escrutínios.

O importante, entretanto, é que até amanhã cedo, e principalmente agora, hoje à noite, todos os interessados nas eleições diretas complementem a lista de assinaturas, para que se obtenha a maioria absoluta de uma das Casas. Logicamente, melhor seria obter-se a maioria absoluta de ambas as Casas, principalmente a maioria da Câmara dos Deputados. Venho chamar à responsabilidade os Partidos de Oposição que ainda não preencheram esse requisito, sobretudo o PMDB e o PDT. Os oito Deputados do PT já assinaram essa lista complementar.

Estou aqui com a lista complementar de assinaturas encaminhadas pelo Gabinete do Deputado Theodoro Mendes, que se encontra em São Paulo, e faço uma chamada aos Parlamentares do PMDB que ainda não assinaram, porque é necessário assinar a Emenda Theodoro Mendes agora, para que, amanhã, quando os Líderes e Presidentes de Partidos forem visitar o Senador Moacyr Dalla, este não crie qualquer óbice de natureza regimental. Assim, se se complementar as assinaturas necessárias, amanhã, às 9 horas e 30 minutos, na Comissão de

Constituição e Justiça do Senado, todos os Senadores poderão fazer as recomendações no sentido de que essa emenda seja apreciada, porque já contém a assinatura de pelo menos a metade dos Parlamentares de uma das Casas e de um terço da outra. É surpreendente que o número de Parlamentares do PMDB que ainda não assinaram é muito grande.

Rapidamente, passo a ler, aqui, os nomes dos Parlamentares do PMDB que ainda não assinaram a Emenda Theodoro Mendes.

- 1 — Aluizio Bezerra
- 2 — Arlindo Porto
- 3 — Randolpho Bittencourt
- 4 — Mário Athayde
- 5 — Olavo Pires
- 6 — Orestes Muniz
- 7 — Carlos Vinagre
- 8 — Coutinho Jorge
- 9 — Dionísio Hage
- 10 — Domingos Juvenil
- 11 — Ronaldo Campos
- 12 — Cid Carvalho
- 13 — Wagner Lago
- 14 — Antônio Morais
- 15 — Carlos Virgílio
- 16 — Moisés Pimentel
- 17 — Agenor Maria
- 18 — Henrique Eduardo Alves
- 19 — José Maranhão
- 20 — Arnaldo Maciel
- 21 — Fernando Lyra
- 22 — Roberto Freire
- 23 — Manoel Affonso
- 24 — Sérgio Moreira
- 25 — Jackson Barreto
- 26 — Jorge Viana
- 27 — Virgildálio de Senna
- 28 — Nelson Aguiar
- 29 — Nyder Barbosa
- 30 — Aloysio Teixeira
- 31 — Denisar Arneiro
- 32 — Marcelo Medeiros
- 33 — Aníbal Teixeira
- 34 — Carlos Mosconi
- 35 — Fued Dib
- 36 — João Herculino
- 37 — Jorge Vargas
- 38 — José Ulisses
- 39 — Luiz Baccarini
- 40 — Luiz Guedes
- 41 — Luiz Leal
- 42 — Luiz Sefair
- 43 — Mário de Oliveira
- 44 — Melo Freire
- 45 — Oswaldo Murta
- 46 — Pimenta da Veiga
- 47 — Raul Belém
- 48 — Rosemburgo Romano
- 49 — Darcy Passos
- 50 — Felipe Cheidde
- 51 — Flávio Bierrembach
- 52 — Freitas Nobre
- 53 — Horácio Ortiz
- 54 — João Cunha
- 55 — Paulo Zarzur
- 56 — Tídei de Lima
- 57 — Genésio de Barros
- 58 — Irapuan Costa Júnior
- 59 — Tobias Alves
- 60 — Márcio Lacerda
- 61 — Milton Figueiredo
- 62 — Harry Amorim
- 63 — Plínio Martins
- 64 — Alencar Furtado
- 65 — Anselmo Peraro

- 66 — Celso Sabóia
- 67 — Mattoz Leão
- 68 — Olivir Gabardo
- 69 — Oswaldo Trevisan
- 70 — Renato Bernardi
- 71 — Renato Loures Bueno
- 72 — Sebastião Rodrigues Júnior
- 73 — Casildo Maldaner
- 74 — Ivo Vanderlinde
- 75 — Nelson Wedekin
- 76 — Odilon Salmoria
- 77 — Hermes Zaneti
- 78 — Ibsen Pinheiro
- 79 — Jorge Uequed.

E, ademais, todos aqueles que, no PDS, também não assinaram. Seria importante que os Senadores, todos a favor das diretas, também assinem.

Estou chamando esses nomes para que possam vir agora, aqui, ao Plenário da sessão do Congresso, assinar essa lista para que, amanhã, não seja criado qualquer óbice de natureza regimental. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quando lemos notícias como esta de hoje, em **O Globo**, de que o transporte ferroviário no Japão seria o terceiro país com a maior dívida do mundo, temos até que render homenagem aos nossos administradores ferroviários. Segundo o jornal: "Se as estradas de ferro japonesas fossem um país, o Japão seria o terceiro maior devedor do mundo, logo depois do Brasil (dívida externa de US\$ 96,2 bilhões), e do México (US\$ 92,7 bilhões), e à frente da Argentina (US\$ 43,6 bilhões). As ferrovias nipônicas apresentaram o déficit recorde de US\$ 6,89 bilhões, no último ano fiscal, encerrado em março passado, elevando para US\$ 44,09 bilhões o déficit acumulado.

As informações são de relatório sobre o ano fiscal japonês, divulgado ontem. O altamente conceituado e eficiente sistema ferroviário do Japão, que cobre 21.240 quilômetros, fornecendo ainda os serviços do famoso Shinkansen, ou trem-bala, tem dívidas a longo prazo que chegam a US\$ 82,92 bilhões, segundo o relatório".

O Brasil, com seus 30 mil quilômetros de ferrovias, mais da metade, praticamente obsoletas, tendo que cobrir este extenso território nas condições mais diversas sem densidade de cargas, etc, etc, está a fazer milagres. Queremos deixar somente este registro para dizer que transporte ferroviário deficitário não é privilégio do Brasil, mas um problema que atinge todos os países do mundo, e quanto mais adiantada for a nação maiores são os déficits. Que digam as ferrovias alemães que estão quase iguais às japonesas em questão de prejuízos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Manhães.

O SR. HÉLIO MANHÃES (PMDB — ES) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

É com um certo sentimento de revolta, Sr. Presidente, que queremos trazer ao conhecimento do Congresso Nacional uma denúncia que recebemos, há poucos minutos, do nosso Estado, através de um contato mantido com os Deputados Estaduais do nosso Partido.

Ontem, por volta de 9 horas da manhã, o jornalista Luiz Aparecido, que pertence aos quadros do PMDB, transitava num ônibus, na Capital de nosso Estado, acompanhado de um filho de 6 anos, levando essa criança para o colégio. Inopinadamente, o ônibus parou defronte à Delegacia da Polícia Federal, e ele foi aborda-

do por um agente da Polícia Federal do nosso Estado, de nome Jorge Luiz, que deu ordens para que o motorista não continuasse a viagem, e ainda que ele, o jornalista, se retirasse do ônibus e imediatamente comparecesse àquele órgão federal. O motivo da detenção e da violência policial é que esse jornalista estava lendo material de propaganda pró-candidatura Tancredo Neves à Presidência da República, com uma série de articulações, de comentários. Então ia ele, tranquilamente, lendo esse material de propaganda, quando foi detido por esse agente da Polícia Federal e levado às dependências daquele órgão. Parando no meio do caminho — ele ia para o bairro de Camburi — não pôde, dessa forma, levar o filho ao colégio, e sofreu esse constrangimento.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, esse jornalista é, por sinal, dos mais conceituados da Capital do Espírito Santo, uma vez que, no ex-jornal *A Tribuna*, ele assinava colunas diárias, já tendo pertencido aos quadros do jornal *A Gazeta*, de grande circulação. É portanto extremamente conhecido por seus companheiros de profissão, estimado por seus colegas profissionais, tratando-se, assim, de elemento que merece a maior credibilidade, e que portanto não poderia ser alvo de uma violência dessa natureza. Na delegacia, ele ficou durante três horas, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, até que, prestando o seu depoimento, em seguida foi liberado, e o material de propaganda pró-candidatura Tancredo Neves foi violentamente, de forma injusta, apreendido pela Polícia Federal do Espírito Santo.

O que é mais lamentável, Sr. Presidente, não é a violência praticada pelo agente Jorge Luiz, um incompetente e um violento; pior ainda, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é que, na Capital de um Estado, o Sr. Delegado da Polícia Federal, de nome Milton Masse, apoiou a violência do seu subordinado. Esse fato ocorrido na Capital do Estado do Espírito Santo foi, hoje, objeto de protestos na Assembleia Legislativa, através dos pronunciamentos de nossos Deputados estaduais Juracy Magalhães Gomes, vice-presidente da Assembleia, e dos Deputados do PMDB Josmar Pereira e Paulo Hartung. O Presidente de honra do PMDB, ex-Deputado Argilano Dario, deu entrevista à imprensa e emitiu nota de protesto. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo também emitiu nota de protesto, pela atitude contra seu associado.

Sr. Presidente, quando ontem, aqui, o Deputado Nilson Gibson pedia emergências para janeiro; quando ouvimos os Deputados do PDS apoiando as emergências, quando aqui se queria restabelecer a democracia com a eleição direta para o Presidente da República; quando se criou o clima artificial de crise, em Brasília, para fechar as portas da cidade, para violentar aqui a presença de Vereadores, Deputados estaduais e Prefeitos; quando o General Newton Cruz praticou as violências que quis, aos olhos de uma Nação estarrada; quando a imprensa e a televisão não puderam divulgar, livremente, democraticamente, os atos desta Câmara, a Casa do Povo; quando a Ordem do Dia do General Walter Pires fala, também, que afi fora já há clima de insurreição, e porque, também, já há anarquia ou coisa parecida, Sr. Presidente, cria-se um clima artificial que estimula atitudes dessa natureza no Estado do Espírito Santo.

É preciso colocar termo a essa situação, Sr. Presidente. Convocamos para isso as atenções do Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, do nosso candidato Tancredo Neves, e ainda, Sr. Presidente, chamamos a atenção da Liderança do PDS nesta Casa, para que veicule o fato ao conhecimento do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, a fim de apurar devidamente a violência que se praticou no Estado do Espírito Santo contra o jornalista, em pleno trânsito da cidade de Vitória num dia de trabalho, quando o clima deste País é de liberdade para toda movimentação política.

O que as Oposições querem não é a violência. As Oposições não querem baderna, as Oposições não pregam anarquia. Nós fizemos dezenas de comícios pró-diretas

com milhões de brasileiros ordeiros e democraticamente engajados em nossa campanha, Sr. Presidente. Não admitimos esse clima artificial e mentiroso que está se criando para o País, a fim de impedir a caminhada do nosso candidato à Presidência da República. Já está sendo estimulado este ambiente. Pedimos, então, à Liderança do PDS e ao Sr. Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, que dê uma resposta para isso e que coiba e puna aqueles irresponsáveis do Espírito Santo: o Delegado da Polícia Federal e o seu agente, seu subordinado, para que fatos dessa natureza não mais se repitam aos olhos de uma população que não pode pagar este preço, porque nem PMDB, nem Partido nenhum da Oposição e nem a Frente Liberal está a pregar a violência, nem a anarquia e nem a desordem. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concede a palavra ao nobre Sr. Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Prefeitura do Município de São Paulo, cumprindo a proposta de uma administração democrática, através de suas administrações regionais, desenvolve um trabalho de descentralização do poder, com ampla participação popular.

Exemplificando a referida atividade, focamos o Seminário realizado durante o mês de maio p.p., pela Administração Regional do Butantã, com a participação das entidades representativas da população da região — Sociedades Amigos de Bairros e Uniões de Moradores de Favelas — e do Diretório Distrital do PMDB do Butantã. Na oportunidade houve uma avaliação dos trabalhos realizados durante o primeiro ano de atuação, como também, prestação de contas e proposição de novas metas.

Esta união entre povo e governo, é uma prática rotineira totalmente esquecida, em virtude do longo regime autoritário implantado em nosso País. Porém, no Seminário, houve a participação de 41 entidades, com amplos debates entre representantes da população que detém a maior renda per capita da América Latina (Morumbi, Cidade Jardim, Jardim Guedala) e os representantes de 100.000 favelados da região que perfazem, aproximadamente, 25% do total da população.

Este congrégamento resultou na implantação de Comissões Especiais de Entidades que periodicamente se encontram para resolver problemas de:

- transporte;
- habitação;
- saúde;
- educação;
- trânsito;
- cultura.

Todas as conclusões deste trabalho são encaminhadas ao Exmº Sr. Prefeito Mário Covas e analisadas pelas Secretarias correspondentes. Posteriormente, em acordo com as entidades regionais e autoridades municipais, há a concretização das reivindicações.

A periódica prestação de contas é um compromisso que faz parte do programa de administração democrática que, com o respaldo político do PMDB do Butantã, recebe o apoio da maioria da população.

Ainda, este trabalho é orientado no sentido de uma mudança de métodos e hábitos, tanto por parte dos funcionários, como da população. E estando sempre abertos o diálogo e o debate, há um notável aumento da participação de todos os segmentos sociais da região.

Esta incansável administração, apesar de muito recente e das dificuldades geradas pela crise econômica, vem desenvolvendo um trabalho que, sem promessas e ao lado do povo, progressivamente, atinge seus objetivos.

Desta feita, parabenizamos ao Sr. Ary Simonetto Pereira, Administrador Regional do Butantã, que seguindo os princípios do programa do PMDB e integrado às dire-

trizes do Governo Democrático de São Paulo, tem atuado pela melhoria da máquina administrativa, sempre visando melhores condições de vida para a região.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concede a palavra ao nobre Sr. Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Baseado em notícia jornalística, publicada nesta Capital em junho próximo passado, o ilustre Secretário de Estado dos Negócios do Interior do Governo Democrático de São Paulo, Dr. Chopin Tavares de Lima, enviou extenso ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro Mário Pacini, Presidente do Tribunal de Contas da União, fazendo-lhe muitas apropriadas e momentosas sugestões.

A notícia que circulou pela imprensa de Brasília, Sr. Presidente, e que motivou a pronta reação do Secretário Chopin Tavares de Lima, foi a de que o Ministro da Previdência e Assistência Social, Sr. Jarbas Passarinho, teria enviado ofício ao Presidente do TCU, solicitando o bloqueio de "parte da cota de Cr\$ 1.575 trilhão, este ano, referente ao Fundo de Participação dos Municípios, para pagamento de dívidas, estimadas em mais de 300 bilhões de cruzeiros, das Prefeituras Municipais para com a Previdência Social".

Dá conta, ainda, a mesma notícia, de que o Presidente do TCU, não só se teria prontificado a estudar o assunto com a máxima urgência, como também teria adiantado que, se a medida vingar, deverá ser estendida também para a cobrança dos débitos das empresas estatais.

A serem verdadeiras as notícias nos dois aspectos, Srs. Deputados, congratulo-me vivamente com o ilustre Secretário do Interior do Governo Democrático de São Paulo, que naquele ofício sugeriu ao Ministro Mário Pacini que, no bojo desse estudo jurídico a ser feito (já que a Constituição Federal, se prevê a possibilidade de simples retenção de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, quando estes são devedores da União, não autoriza, porém, nem a apropriação, nem a compensação dos recursos retidos com eventuais créditos do Tesouro Nacional, os quais podem não ser líquidos e certos, e muito especialmente a Constituição não autoriza que essa retenção seja feita no caso de créditos de órgãos da Administração Federal indireta, previdenciários ou não), no bojo desse estudo — repito — o TCU reveja também outros aspectos da questão, principalmente os créditos de todas as Prefeituras brasileiras, devedoras ou não da Previdência Social, por recursos que constitucionalmente lhes devem ser entregues e que, de fato, estão sendo indevidamente desviados pela União.

Para ser mais explícito, Sr. Presidente, o Secretário Chopin Tavares de Lima, em seu ofício ao presidente do TCU, enumera, com abundância de dados oficiais, nada menos do que seis questões relativas a direitos dos Estados e Municípios, que estão sendo desconsiderados por autoridades federais, a saber:

— a Emenda Constitucional nº 23 determina que, pelo menos a partir de 1º de janeiro de 1984 (é discutível se a vigência não teria de ser anterior), os Estados e Municípios têm direito de Participação na Cota de Previdência sobre a gasolina na base de 44%; considerada a previsão orçamentária de setecentos bilhões no corrente ano, a União está deixando de entregar aos Estados e Municípios neste ano nada menos do que 308 bilhões de cruzeiros;

— por erro de contabilização de receitas do Tesouro Nacional, correspondentes ao imposto sobre a renda recolhido por pessoas jurídicas como "Contribuição para o PIN e o PROTERRA", numa receita prevista de 880 bilhões de cruzeiros, cabem constitucionalmente aos Estados e Municípios percentagens que atingem a cifra de 246,4 bilhões só neste ano, e que não estão tendo a correta destinação;

— expedientes contábeis muito discutíveis fizeram com que passassem a ser arrecadados sob a rubrica de “Imposto sobre Operações Financeiras” — IOF — recursos do Imposto Único sobre combustível líquidos e gasosos, em detrimento de direito líquido e certo dos Estados e Municípios, consagrados pela “Emenda Passos Pôrto” e expressos no art. 4º, inciso I, do Código Tributário Nacional. Considerada a estimativa de arrecadação do IOF de 3,500 bilhões de cruzeiros, os Estados e Municípios estão deixando de receber só neste ano 1.540 trilhão de cruzeiros;

— a constitucionalidade da concessão de subsídios federais, não previstos em orçamento, sob a forma de simples dispensa de tributo, legalmente devido a fatos geradores anteriores, que normalmente é reconhecida anualmente por simples Portaria (art. 1º, § 1º, do Decreto-lei nº 491, de 5-3-69), este ano ainda não o foi e, outra vez, Estados e Municípios estão sendo lesados em altas somas;

— nos Estados onde existem moinhos de trigo, está havendo contra eles (Estados) um injustificável desvio de receitas do ICM recolhido em Brasília pelo Banco do Brasil, que é o executor da política de monopólio de importação do cereal. Se o Distrito Federal necessita de subsídios públicos, é normal que necessite, esse encargo deve caber à União, e não aos Estados e Municípios de todo o Brasil; e

— no cálculo das cotas dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, falta a inclusão do imposto sobre a renda e do IPI e respectivos acréscimos, inclusive multas e juros de mora, arrecadados judicialmente, novamente em detrimento dos Estados e dos Municípios.

Pelo visto, Srs. Congressistas, se o TCU quiser realmente examinar a possibilidade do atendimento da absurda sugestão do Ministro Jarbas Passarinho (bloqueio de parte da cota do Fundo de Participação dos Municípios neste ano, para pagamento de dívidas desses municípios para com a Previdência Social), precisa também, com o mesmo rigor e com a mesma determinação, examinar as questões levantadas pela Secretaria do Interior do Governo Democrático de São Paulo.

Era o que tinha para dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concede a palavra ao nobre Deputado Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Está prevista para amanhã, às 14 horas e 30 minutos, uma reunião das mais expressivas lideranças da vida política deste País com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla. O que querem as lideranças nacionais é pedir ao Sr. Presidente do Congresso Nacional que marque data para apreciação, por parte desta Casa, da emenda constitucional que prevê as eleições diretas para a Presidência da República, de autoria do eminentíssimo Deputado paulista, Theodoro Mendes.

Tenho andado refletindo sobre essa questão, Sr. Presidente, e observado que a mesma negativa que se faz ao povo brasileiro de pronunciar-se sobre os destinos do País, o Sr. Presidente do Congresso Nacional quer fazer aos integrantes da Casa que S. Ex^a preside e que deveria, como obrigação número um, defender-lhe as prerrogativas. É impressionante observar-se como por paixões, por interesses, as pessoas abdicam de sua dignidade e vendem-se ao sabor das conveniências do momento.

Quem não sabe que esta Casa está sendo presidida pelo malufista, candidato a Vice-Presidente, Deputado Flávio Marcílio? Quem não sabe que o Deputado Flávio Marcílio está tentando de todas as formas, aliciar os votos da Casa que preside para, com isso, ver-se eleito, de forma indireta, Vice-Presidente da República?

Sr. Presidente, já denunciei isto em junho e pedi que S. Ex^a renunciasse a Presidência da Câmara dos Deputa-

dos. Não pára aí a tortura que esses cidadãos fazem sobre a Nação brasileira: uma epidemia malufista tomou conta desta Casa, principalmente das pessoas que presidem o Senado e a Câmara dos Deputados, e especialmente, agora, o Sr. Presidente da Câmara tem como alaado o Presidente do Congresso Nacional, que é o Presidente do Senado da República.

Queremos alertar o Sr. Moacyr Dalla que S. Ex^a não pode, sozinho, impedir que esta Casa volte a se pronunciar sobre um assunto da mais alta relevância para a Nação. Vinte milhões de pessoas, neste País, na maior campanha cívica que esta Nação conheceu, foram à rua pedir eleições diretas. Agora, o Sr. Moacyr Dalla não tem o direito de impedir que esta Casa volte a se pronunciar sobre esse assunto.

Aqui, neste recinto, o Sr. Moacyr Dalla um dia me disse: “Quer me matar, que me matar, quer me matar; já mataram um, querem matar outro”. Simplesmente, Sr. Presidente, porque eu reivindicava junto a S. Ex^a o direito do povo ocupar as galerias que estavam vazias. Pois quero dizer, desta tribuna, ao Sr. Moacyr Dalla que ele quer assassinar a vontade nacional, ele quer ser o ditador dentro deste Congresso e não tem o direito de fazer isto.

Espero que S. Ex^a, ainda em tempo seja homem o bastante para assumir, com dignidade, sua condição humana e, acima de tudo, com dignidade, a função de Presidente desta Casa reconhecendo o direito de os Srs. Deputados e Senadores exercerem seu mandato e aqui defendem os interesses do povo brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concede a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Dentre os inúmeros pesadelos que povoam a mente tumultuada do cidadão brasileiro, que vão desde o desemprego a salários extremamente aviltados, ao BNH, à segurança individual e coletiva, chega-se àquilo que hoje é um pesadelo maior para o cidadão, que é o preço dos combustíveis. Nada altera, nada intransqüiliza mais, dias que correm, do que a elevação estabelecida de forma sub-reptícia, que não garante ao cidadão sequer completar seu tanque de gasolina, permitindo apenas que as empresas distribuidoras garantam saldos adicionais com as estocagens existentes, quando esses aumentos são noticiados na calada da noite.

Essa elevação de preços dos combustíveis ocorre, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, sem explicações plausíveis, que inclusive até poderiam representar justificativas consistentes, lógicas e procedentes fossem dadas ao cidadão brasileiro. Lamentavelmente, nem sequer de uma maneira clara, infotomável e inquestionável é colocada para o cidadão a composição, a estruturação dos custos dos combustíveis e as razões da sua elevação. Vimos aí as explicações dadas que a elevação ocorreu em decorrência da variação cambial, da elevação de mão-de-obra, da estrutura de custo dos vários combustíveis e da política de investimento.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é bom que os membros desta Casa se lembrem de um dado: há cerca de três anos, o preço do barril de petróleo no mercado internacional atingiu cifras que se aproximavam dos 40 dólares. O que ocorreu dessa época até aqui? O preço do barril de petróleo, em função das várias reduções do consumo a nível internacional, caiu agora para cerca de 25 dólares o barril. Na verdade, nesses três anos, é de se admitir que a incompetência nacional não tenha crescido tanto, que tenha havido, pelo menos, a melhoria de eficiência no cracramento de óleo na consecução dos derivados de petróleo. É também fundamental admitir-se que a taxa de ocupação das próprias refinarias não tenha sido prejudicada e talvez possa até ter sido melhorada. Consequentemente aumentando a eficiência e reduzindo os custos reais dos combustíveis.

Na verdade, Sr. Presidente, é um dado substancial. Dos combustíveis hoje utilizados pelo País, 60% são produzidos internamente. Saiba, Sr. Presidente, que o custo de produção de um barril de petróleo a um barril de petróleo produzido internamente, pelos dados que já nos foram fornecidos em vários simpósios, representa aproximadamente, hoje, 8 a 11 dólares do barril de petróleo ao barril equivalente de petróleo.

Veja, Sr. Presidente, que houve uma queda no preço internacional do barril de petróleo importado; houve uma substituição crescente de petróleo produzido internamente, o que está aí mostrando a eficiência do trabalho da PETROBRAS, e barril equivalente de petróleo em xisto betuminoso, em álcool, em energia elétrica: melhorou em parte a eficiência, melhoraram os ganhos na produção, e o que estamos vendo é que a elevação dos combustíveis de petróleo simplesmente desconhece toda a melhoria de eficiência, talvez querendo ser explicado por recursos adicionais para novos investimentos em prospecção para produção de petróleo.

Eu diria, Sr. Presidente, neste momento, em função dos elevadíssimos custos sociais que esse ajustamento externo está provocando ao cidadão brasileiro, em função da dramaticidade que representa a inflação brasileira, que seria justo e procedente e seria um pouco mais sério e honesto, que o Governo estabelecesse elevação dos custos de derivados do petróleo dentro desta proporção, já que hoje 60% são produzidos internamente e representam 1/3 dos custos do petróleo importado e que houvesse uma diferenciação maior ainda dos custos dos derivados para os transportes de massa, para o GLP e para o gás de cozinha. E não se impusesse, de forma tão dramática, elevações tão substanciais nos custos de combustíveis, que hoje, está levando ao desespero maior a classe média, pois o custo do combustível consome a substancial parcela de cerca de 30% de seus salários.

Concluo, fazendo um apelo, para que esta Casa, inclusive através da Comissão de Minas e Energia, faça uma CPI em cima da estruturação dos custos dos derivados do petróleo, porque, honesta e sinceramente, o que está ocorrendo hoje não convence a ninguém. O sacrifício pela prospecção e produção ao custo social que está sendo feito, realmente não toleramos e a sociedade não foi consultada para aceitá-lo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concede a palavra ao nobre Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, o Deputado Ricardo Ribeiro, em entrevista à imprensa, declarou que seu Partido não vai ao Colégio Eleitoral e estabelece sua medida na área das eleições diretas. Faltou ao Presidente desse Partido de que façam parte a expressão mais digna que poderia ter ocorrido: “somos pelas diretas, não vamos ao Colégio Eleitoral, mas repudiamos o indesejável Paulo Salim Maluf, este Deputado corrupto e corruptor que, na verdade, é candidato à Presidência da República e que precisa merecer do Partido Trabalhista Brasileiro o repúdio claro e infotomável. A não proceder por esse caminho, o Partido Trabalhista Brasileiro vai resvalar na lama que o próprio candidato Paulo Salim Maluf está criando neste País.

É preciso que estabeleçamos, na medida, a História; evidentemente, somos pelas eleições diretas; evidentemente consideramos o Colégio Eleitoral espúrio, mais espúrio ainda é o candidato do Partido Democrático Social. Este sim, é o Partido que não quer eleições diretas e procura, pelo modelo que deseja, até atemorizar Deputados que dizem, de peito aberto, que irão ao Colégio sim, mesmo que espúrio, utilizando-se dos mecanismos criados por um Governo opressor, por um Governo centralizador, por prepotentes e que criaram os casuismos desse

Colégio que é podre sim, mas é exatamente aí que devemos ir, *in extremis*, para derrotar o candidato do Governo que, na verdade, não pode assumir a Presidência da República.

O PTB, portanto, é pela Constituinte, de pleno acordo; é pelas eleições diretas, de pleno acordo, mas deve acentuar, com firmeza e categoria, que vai repudiar, nas diretas ou nas indiretas, ou nas quase diretas ou quase indiretas, o candidato Paulo Salim Maluf porque, não sendo assim, os Deputados do Partido Trabalhista Brasileiro que têm a obrigação de votar nesse Colégio ou ir às praças para fazer proselitismo político, não poderão trair o nacionalismo histórico, não poderão trair os trabalhadores, não poderão trair aquela bandeira que deve vicejar de novo e desfraldar-se por inteiro. Somente conseguirei isto se votarem contra Paulo Salim Maluf, pois, no momento, não há outra alternativa. Nós vamos votar em Tancredo Neves. A dissidência trabalhista em São Paulo, a Frente Trabalhista, está com as bases plenas do Partido para levar ao poder Tancredo Neves, quer nas diretas, quer nas indiretas, pelo modelo que couber, mas derrotando o Governo derrotando Paulo Salim Maluf, o indesejável, o prepósito da ditadura; o adalil da ditadura, o seguidor deste Governo, que não convém mais manter neste País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Fundada em 8 de junho de 1948 por um grupo de cientistas, a SBPC — Sociedade Brasileira para o Processo da Ciência, reúne hoje mais de 17.000 associados e tem por objetivos contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, promoveu a cooperação entre os pesquisadores, defender os interesses dos cientistas e assegurar-lhes o direito à liberdade de pesquisa e de opinião. Neste sentido, a SBPC realiza, anualmente, reuniões onde cientistas, estudantes, professores e estudiosos têm a valiosa oportunidade de apresentar e defender seus trabalhos e discutir, com audiência do público em geral, os mais diversos tópicos das áreas do conhecimento humano com a participação de inúmeras entidades e sociedades científicas nacionais. O número de comunicações de trabalhos científicos apresentados chega a cerca de 2.800 e são realizados aproximadamente 250 mesas-redondas em cada uma destas reuniões.

Nossa presença hoje nesta Tribuna deve-se ao registro que queremos fazer, com deferência especial, aos 2 anos de circulação da Revista Ciência Hoje publicada a cada 2 meses sob a chancela da SBPC, entidade máxima da comunidade científica, sem fins lucrativos, e comprometida, fundamentalmente, com o desenvolvimento científico e tecnológico nacional. A Revista serve, na palavra de seus editores, como uma verdadeira ponte entre quem faz ciência e quem gosta de ler sobre ciência em nosso País. “É o nexo que faltava para ligar os cientistas e pesquisadores, trabalhando isolados em seus laboratórios e gabinetes, com o grande público interessado nos diversos caminhos da Ciência”.

Do seu lançamento, em 1982, na reunião da SBPC em Campinas, até hoje, o número de assinaturas chega a 12 mil e sua tiragem normal é de 60.000 exemplares, constituindo-se num fórum altamente especializado para a colocação das grandes questões nacionais como a tecnologia e a informática e que são, essencialmente, questões políticas.

Merecedora do Prêmio José Reis, o nobel brasileiro de divulgação científica, Ciência Hoje chega ao seu 2º aniversário como a mais séria e importante publicação no gênero firmando-se em áreas onde não faltam ameaças ao resguardo dos interesses nacionais. Lutando lado a lado, por exemplo, com todos os que neste País no campo da Informática defende a reserva de mercado, Ciência Hoje constitui-se igualmente num dos legítimos marcos

na defesa da mais recente e histórica luta cívica do povo brasileiro, que é a luta pelas eleições diretas para Presidente da República.

Ao reproduzir neste pronunciamento um trecho do editorial do nº 11, Edição de março e abril, faço-o com o intuito de homenagear a firmeza de sua linha e a irrepreensível postura de aproximação entre a comunidade científica e os setores mais populares da sociedade:

“O sentido real da representação política e da participação da nação na construção de seu destino precisa ser restabelecido. E a eleição direta do próximo presidente da República nas nossas circunstâncias e para além de argumentos cuja insinceridade é transparente — é um passo fundamental nessa trajetória. As sociedades científicas da área das ciências sociais sintetizaram muito bem o pensamento da comunidade científica. Publicando seu documento, bem como outras matérias pertinentes, Ciência Hoje solidariza-se, também, com um movimento cuja grandeza e significado redimem o País e anunciam ventos que só podemos aguardar com ansiosa esperança.”

Nem todos têm coragem para enfrentar lutas históricas. Nossa respeito a quem a possui com sobras. Nossa admiração à Revista Ciência Hoje e aos que dela fazem parte. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos.

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Retoma-se, continua-se e não se cessará de abordar, desta tribuna, a indispensabilidade da votação da Emenda Theodoro Mendes. A imprensa atribui ao Presidente do Congresso Nacional, o Senador Moacyr Dalla, em quase todas as suas declarações, a dificuldade, a seu ver, da colocação na pauta da Emenda Theodoro Mendes, dificuldade essa que resultaria do fato de não ter havido acordo de Lideranças. O Deputado Ibsen Pinheiro tem argumentação irrespondível a respeito dessa matéria.

O dia 25 de abril, da votação da Emenda Dante de Oliveira, e o dia 27 de junho, da votação da Emenda Figueiredo, foram fixados sem acordo unânime de Lideranças. Em nenhum texto constitucional ou regimental desta Casa ou do Regimento do Senado e da Câmara dos Deputados, aplicáveis subsidiariamente, se contempla que a pauta seja designada por acordo de Lideranças, até porque — é argumento do Deputado Ibsen Pinheiro — isto daria aos menos Partidos da Casa condições de vetar que a Casa deliberasse sobre qualquer assunto. Então, não há exigência constitucional ou regimental para acordo de Lideranças: Pode ser conveniente, pode ser desejável, pode ser medida política lúcida, mas não é indispensável.

Por outro lado, às vezes, se atribui a S. Ex^a o Senador Moacyr Dalla, dúvidas quanto a óbices de natureza constitucional, para se votar novamente eleições diretas nessa Casa. A matéria teria sido apreciada por ocasião da Emenda Dante de Oliveira. Também a argumentação aqui é irrespondível. A Emenda Theodoro Mendes constava da pauta; se aprovada a Dante de Oliveira, ela estaria prejudicada. Rejeitada a Dante de Oliveira, se ela não pode ser votada, a Emenda Theodoro Mendes teria sido incluída na pauta como anedota do Senador Moacyr Dalla.

Não há óbice constitucional, porque o Regimento e a Constituição não podem impedir a deliberação sobre matérias que sejam semelhantes ou análogas. O que a Constituição proíbe é a reapresentação de matéria discutida e votada. Reapresentação supõe a identidade da matéria. As Emendas Dante de Oliveira e Theodoro Mendes não têm identidade, e têm até algumas dessemelhanças: uma, muito concisa, a Dante de Oliveira; outra, mais específica, eleição direta, respeitado o princípio da

maioria absoluta, exigidos os dos turnos de votação. Não há, portanto, impedimento constitucional. O argumento lógico mais sério, mais profundo e que destrói a argumentação do Presidente do Congresso Nacional, é o de que se S. Ex^a admite colocar em pauta, por acordo de Lideranças, isto significa que não há impedimento constitucional. Porque não pode haver acordo de Lideranças contra a Constituição. Pode e deve ser posta em pauta a Emenda Theodoro Mendes.

Desta tribuna, aos Congressistas que estão no plenário, ou que estão pela Casa e que possam eventualmente me ouvir, dirijo um apelo: neste instante, em mãos do Deputado Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, está uma lista de assinaturas complementares à Emenda Theodoro Mendes para que se atinja, até amanhã, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o *quorum* de 2/3 de uma das Casas, para que seja superada também, mais uma vez, a dificuldade alegada e inexistente de natureza constitucional.

O Deputado Eduardo Suplicy estará com este requerimento à disposição das assinaturas dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados, para que, também, assim se ganhe o direito de votar as eleições diretas.

E sobre as falas, inverídicas e injurídicas argumentações do Senador Moacyr Dalla, é necessário deixar claro que o que existe é medo, temor, pavor de que esta Casa aprove as diretas ou, no mínimo, que se quer discutindo e votando alguns desta Casa, mais uma vez, de público, por omissão ou por ação, manifestem que exercem seu mandato expressamente contra a vontade do povo, e não querem correr o risco ou da aprovação ou da reprovação popular de que serão justas e merecidas vítimas. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Jorge Vianna — Sr. Presidente, para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Para uma comunicação de liderança, concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Vianna.

O SR. JORGE VIANNA (PMDB — BA. Para uma comunicação de Liderança. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o PMDB, nesta sessão do Congresso Nacional, quer fazer um apelo ao Presidente do Congresso, Senador Moacyr Dalla, que amanhã vai receber não só o Presidente do PMDB como os Lideres no Senado e na Câmara, mas vai receber também o candidato à Presidência da República, do PMDB o ex-Governador Tancredo Neves, que juntamente com as Lideranças do Senado e da Câmara, e as Presidências de todos os Partidos, com exceção do Partido do Governo, lhe dirigirão o apelo para que ouça o clamor popular, neste momento em que já se tem certeza de que o candidato das Oposições vencerá qual seja a eleição, por uma margem de mais de 100 votos, e que só as eleições diretas poderão fazer com que o povo, com que a Nação legitimate o poder.

É este o apelo que, amanhã, aquele que todas as pesquisas públicas dão como vitoriosa em 15 de janeiro vai dirigir ao Presidente desta Casa, para que exerça seu direito, seu dever, de permitir que esta Casa, com a representação popular, vote as Emendas Theodoro Mendes e Aírton Sandoval, para que possa efetivamente o povo escolher seu Presidente da República.

Temos a certeza de que amanhã esta Casa vai, mais uma vez, ser digna do Presidente que a dirige, que deixará de ser o Presidente do PDS, um Senador do PDS, a serviço de outras forças que não se encontram aqui, mas que passará a ser o Presidente da Casa do povo e fará com que a eleição seja direta, permitindo que esta Casa vote pelos seus pares as Emendas Theodoro Mendes e Aírton Sandoval.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Hermes Zaneti — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há pouco tempo o Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy lha da tribuna a relação de nomes dos Srs. Deputados que ainda não haviam assinado a Emenda Theodoro Mendes.

Voltaríamos a fazer o mesmo apelo porque faltam apenas dezessete nomes para completar o número de assinaturas suficientes.

Mas, Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem para, com base no art. 29, § 2º, do Regimento Comum, pedir o levantamento da sessão por evidente falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — É regimental o requerimento de V. Ex^a. Efetivamente não existe 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência

convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19:00 horas e 20 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos projetos de Decreto Legislativo n^os 31, 32 e 33, de 1984-CN, e a Mensagem Presidencial n^o 50 de 1984-CN (6^a sessão); 34, 35, 36 e 37, de 1984-CN (1^a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.)

Ata da 232^a Sessão Conjunta, em 28 de agosto de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Henrique Santillo

ÀS 19 HORAS E 20 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Muller — José Frangelli — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Piñeres — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo —

PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB

Ceará

Antônio Moraes — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS

Paraíba

Aluízio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joaci Pereira — PDS; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Menor — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordero — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rolleberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Etilviro Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferreira — PDS.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Darcilio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denis Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Geraldo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; Juracy Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS;

Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; João Cunha — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rolemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Tidié de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB;

Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Maceado — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephan — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dírcio Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Collato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platón — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — As listas de presença acusam o comparecimento de 46 Srs. Senadores e 254 Srs. Deputados.

Há número regimental.
Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O Sr. Hermes Zaneti — Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB — RS) — Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs Congressistas:

“Sr. Presidente, já é do conhecimento desta Nação que um grupo de parlamentares, nesta Casa, não aceita a atitude arbitrária e ditatorial do Sr. Presidente do Congresso Nacional, negando-se a colocar em apreciação, neste Congresso, a Emenda Theodoro Mendes.

Em decorrência dessa arbitrariedade praticada pelo Presidente do Congresso Nacional, estamos com a firme disposição de seguir obstruindo os trabalhos desta Casa.

Muito se reclama, Sr. Presidente, contra a falta de prerrogativas do Congresso Nacional, e quando as temos, é o Presidente desta Casa quem as elimina.

É contra isso que nós, Sr. Presidente, nos insurgimos pela valorização do Poder Legislativo, pelo respeito que esta Casa deve merecer da Nação brasileira, respeito que deve ser construído com integridade e com sabedoria. Assim, Sr. Presidente, que com base no art. 29, § 2º, do Regimento Comum, solicitamos o encerramento da presente sessão por evidente falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — É regimental o requerimento de V. Ex^a. Efetivamente não existe 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã às 10:30 horas, neste plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 73, de 1984-CN, referente ao Projeto de Lei nº 8, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República, em favor do Hospital das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 112 000.000,00 (cento e doze milhões de cruzeiros), para o fim que específica.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 24 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF
CEP 70 160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 80

Está circulando o nº 80 (outubro/dezembro de 1983) da *Revista de Informação Legislativa*, período trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

Este número, com 406 páginas, contém as seguintes matérias:

HOMENAGEM

Senador Nilo Coelho
Ex-Senador Teotônio Vilela

COLABORAÇÃO

- Visão e atualização internacional de Simón Bolívar — *José Carlos Brandi Aleixo*
- La Constitución como norma y como ley — *Jorge Sifra-Heras*
- A solução parlamentarista — *Paulo Bonavides*
- Calamidade: seu regime constitucional — *Moacyr de Oliveira*
- O Direito Romano e a noção ocidental de "Direito" — *Nelson Saldanha*
- O crime de omissão e a responsabilidade penal por omissão — *Everardo da Cunha Luna*
- Posição do resultado do fato criminoso: teorias explicativas — *João Batista da Silva*
- Direito Penal do Trabalho — *Fernando Whittaker da Cunha*
- Necessidade de atualização da reparação pelo dano à pessoa humana — *Antônio Chaves*
- Interrupción voluntaria del embarazo — reflexiones teológico-jurídicas — *Antonio Beristain*
- Breves considerações sobre a graça, o indulto e reduções de penas — *Jarbas Fidelis de Souza*

Competência firmada em inquérito policial e atuação do Ministério Públíco Federal — *Arx Tourinho*

A instituição do Ministério Públíco perante a ação penal pública — — *João Carlos Kurtz*

Políticas recentes de formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal penitenciário — *José Arthur Rios*

Normas gerais de regime penitenciário. Um anteprojeto, sua explicação e um comentário — *A. B. Cotrim Neto*

En torno e la libertad vigilada — *Julio Peña Nuñez*

Implicações sócio-jurídicas do desemprego — *C. H. Porto Carreiro*

Negócios nulos e anuláveis: efeito da sentença — *Zeno Veloso*

Critérios para a fixação de alimentos entre os cônjuges — *Domingos Sávio Brandão Lima*

Reprografia e Direito de Autor — *Carlos Alberto Bittar*

Conselho Consultivo — *Silveira Neto*

O tribunato da plebe em face do direito romano — *Sílvio Meira*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1984: Cr\$ 8.000,00 (nºs 81 a 84)

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

SENADO FEDERAL

Brasília, DF — CEP: 70160

VOTO DISTRITAL

O nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do voto distrital, contendo os seguintes artigos:

COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Tarso Dutra*

Inadequação e inopportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosah Russomano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas — *A. Machado Pauperio*

A representação política e o sistema distrital misto — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

Voto distrital: depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Sousa Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M. Götgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V. Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*.

DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Ramos de Figueirêdo*

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1983 — Cr\$ 4.000,00 (nºs 77 a 80)

**Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor
da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).
Atende-se, também, pelo reembolso postal.**

Subsecretaria de Edições Técnicas
SENADO FEDERAL
Brasília, DF — CEP: 70160

SEGURANÇA NACIONAL

(2^a edição — 1982)

Lei nº 6.620, de 17-12-78

Índice temático. Tramitação legislativa

- Legislação vigente (Lei nº 6.620/78) comparada, artigo por artigo, à legislação anterior (Decretos-Leis nºs 314/67 e 510/69 e Lei nº 1.802/53).
- Notas a cada dispositivo: legislação correlata, comentários de juristas e da imprensa, elaboração legislativa.
- Textos constitucionais e legislação ordinária (de 1824 a 1982).

368 páginas

Preço: Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado
(a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Fede-
ral) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(formato bolso)

(9^a edição — março de 1984)

Texto consolidado da Constituição do Brasil, de 24-1-67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/73 a 24/83.

128 notas explicativas, com as redações originais dos dispositivos alterados.

Minucioso índice temático.

Preço:

Cr\$ 1.200,00

400 páginas

**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
(22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.**

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00